



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MAISA OLIVEIRA ALVES

**CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB PARA A
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CACHOEIRA.**

CACHOEIRA – BA
2018

MAISA OLIVEIRA ALVES

**CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB PARA A
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CACHOEIRA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado da graduação em Serviço Social do Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila.

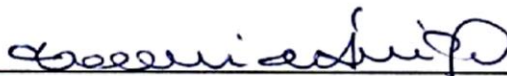
**CACHOEIRA – BA
2018**

MAISA OLIVEIRA ALVES

**CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB PARA A
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CACHOEIRA.**

Cachoeira – BA, aprovada em 19/03/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Heleni Duarte Dantas de Ávila
Presidente da Banca Examinadora



Prof^a. Msc. Débora Rodrigues Santos
Membro da Banca Examinadora



Prof^a Dra. Jucileide Ferreira do Nascimento
Membro da Banca Examinadora

A meu pai Osvaldo (in memoriam) a minha mãe Marlene e minha Irmã Mércia pelo carinho, incentivo e alicerce durante toda minha graduação. Sem vocês seria muito difícil chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma arte em reconhecer as coisas que nos acontecem e que outros nos proporcionam. Quero começar agradecendo a Deus por ter me sustentado em cada momento da minha graduação e principalmente nos momentos mais difíceis, obrigado por ter me dado força e coragem. Eu pude contemplar o seu amor por mim. É preciso agradecer também as pessoas que Deus coloca em nossas vidas para nos ajudar nessa caminhada, que por muitas vezes se torna árdua. À minha mãe Marlene pelas palavras e incentivo, por nunca me deixar desistir, mesmo quando o desânimo tomava conta de mim. Pelas vezes que abdicou de algo para si em favor da realização do meu sonho. Obrigada por ter me sustentado até a chegada desse momento. À minha irmã Mércia pelo apoio, contribuição e incentivo, pela amizade incondicional e por todo o suporte para a realização da tão sonhada graduação. Aos professores do Curso de Serviço Social com seus conhecimentos me conduziram por todo processo de ensino. A minha orientadora Dr.^a Heleni Duarte Dantas de Ávila, por sua disposição em me auxiliar, mesmo com todas as dificuldades que ocorreram durante todo o processo de conclusão deste trabalho. A Elias e Gleiciene Karla amigos que estão comigo desde o início da graduação e nesse momento me ajudaram nas dificuldades que apareceram no decorrer deste trabalho. Ao meu curso de Serviço Social que me propiciou a ter um olhar da realidade posta e como ela se concretiza, esse desvelamento foi de real importância para minha vida. Pois saio dessa casa (UFRB/CAHL) não mais como entrei, pois minha luta daqui pra frente é pela luta dos direitos da classe trabalhadora, e de todos aqueles que tenham seus direitos violados.

“Quando aproximava o dia da luta, eu transformava a ansiedade em uma esmagadora vontade de vencer”.
(Anderson Silva- lutador UFC).

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso descrito com o título Contribuições do Curso de Serviço Social da UFRB para a Política de Assistência social de cachoeira busca compreender como ocorre a relação entre o curso de Serviço Social e a Política de Assistência do município de Cachoeira. O despertar por essa pesquisa surgiu na vivência do campo de estágio e todos os questionamentos e inquietações que surgem neste rico processo. O percurso metodológico adotado foi com referencial qualitativo, embasado em uma visão dialética e usando doses fontes bibliográficas, legislação, entrevista semiestruturadas e com liberdade de narrativa por parte dos sujeitos que participaram da construção deste trabalho. A pesquisa qualitativa busca o aprofundamento da compreensão de grupos e indivíduos por conseguir compreender a realidade de forma múltipla e subliminar, andando por caminhos da subjetividade. As entrevistas foram feitas com gestores, assistentes sociais que trabalham nos equipamentos da assistência social do município de Cachoeira, docentes e discentes ambos do curso de Serviço Social. Por fim, conclui-se que o curso de Serviço Social, em particular através de sua política de estágio, vem contribuindo positivamente para a implementação da política de assistência social em Cachoeira. Espera-se que esse trabalho contribua para a produção bibliográfica e uma maior visibilidade das contribuições que o Curso de Serviço Social da UFRB/CAHL tem feito ao longo desses dez anos, junto à política municipal de assistência social

Palavras-chave: Serviço Social, Formação Profissional, Política de Assistência Social, Universidade.

ABSTRACT

This work of course conclusion described with the title Contributions of the Course of Social Service of the UFRB for the Policy of Social Assistance of Cachoeira seeks to understand how the relationship between the course of Social Service and the Policy of Assistance of the municipality of Cachoeira occurs. The awakening for this research arose in the experience of the field of internship and all the questions and concerns that arise in this rich process. The methodological approach adopted was based on a qualitative approach, based on a dialectical view and using bibliographic sources, legislation, semi-structured interviews and with freedom of narrative by the subjects who participated in the construction of this work. Qualitative research seeks to deepen the understanding of groups and individuals by being able to understand reality in a multiple and subliminal way, walking along paths of subjectivity. The interviews were made with managers, social workers who work in the social assistance equipment of the municipality of Cachoeira, teachers and students both of the Social Work course. Finally, it is concluded that the Social Work course, in particular through its internship policy, has been contributing positively to the implementation of the social assistance policy in Cachoeira. It is hoped that this work contributes to the bibliographic production and a greater visibility of the contributions that the Social Work Course of UFRB / CAHL has done during these ten years, together with the municipal policy of social assistance

Keywords: Social Work, Vocational Training, Social Assistance Policy, University.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAHL- Centro de Artes Humanidades e Letras
CCAAB - Centros de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CEAS- Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CETEC - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CETENS - Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social
CFP - Centro de Formação de Professores
CNE – Conselho Nacional de Educação
CRAS- Centro de Referência da Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especializada da Assistência Social
GRESS- Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social
IAPS- Institutos de Aposentadorias e Pensões
IES - Instituição de Ensino Superior
LBA- Legião Brasileira de Assistência
LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social
NOB-RH- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PNAS- Política Nacional da Assistência Social
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
SEMAS- Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS - Sistema Único da Assistência Social
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Equipamento da rede socioassistencial do município de Cachoeira e suas respectivas localidades.....

Quadro 2 – Qual semestre está cursando.....

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.	14
1.1 A formação acadêmica e profissional no serviço social brasileiro	14
1.2 Diretrizes curriculares e projeto profissional	19
1.3 Os desafios da formação profissional do assistente social no âmbito da política de assistência social.	25
2. ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL – UM DEBATE NECESSÁRIO.	29
2.1 As particularidades da intervenção profissional do assistente social na sociedade contemporânea.	30
2.2. Serviço Social e sua atuação na política de assistência social.	33
2.3. A Política de assistência social no município de Cachoeira Bahia.	37
Quadro 1 – Equipamento da rede socioassistencial do município de Cachoeira e suas respectivas localidade:	40
3.CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL/UFRB PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CACHOEIRA/BA.	42
3.1 O curso de serviço social da UFRB (Contribuições teóricas práticas do curso de serviço social da UFRB).	43
3.2. Vozes dos sujeitos envolvidos (gestores, assistentes sociais, docentes e discentes)	46
Quadro 2 – Qual semestre está cursando.	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE	64
ANEXO	74

INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão de curso abordaremos as contribuições do curso de Serviço social da UFRB para a política de Assistência Social de Cachoeira. A proposta é de descrever essa relação e como ela se efetiva na prática.

Reconhecendo a importância da UFRB e do curso de Serviço Social no Recôncavo da Bahia e na cidade de Cachoeira, com sua relevância teórica e social, que forma profissional com capacidade para intervir na questão social de forma crítica com projetos e ações sistemáticas de pesquisa e intervenção. No presente trabalho abordaremos um pouco mais a fundo acerca da importância do curso acima mencionado para cidade da Cachoeira.

A inquietação para compreender essa relação, deu-se primeiro pelo cotidiano da vida acadêmica e logo após, a vivência no campo de estágio nos equipamentos da assistência social e as várias experiências teoria/prática junto ao supervisor de campo e a política de assistência. Para além dos estágios, quais as outras relações poderiam existir entre o curso de Serviço Social e a política de assistência social de Cachoeira e se existem quais são. Essa pergunta me indagou de tal forma que se transformou em objeto de pesquisa.

Mediante os fatores acima citados, meu objetivo é descrever as contribuições do curso de Serviço Social para a política de Assistência Social de Cachoeira. Os objetivos específicos são: Apresentar o processo histórico da formação acadêmica e profissional do Serviço Social Brasileiro; Identificar as redes de relações existentes entre a UFRB/Curso de Serviço Social e a Assistência Social de Cachoeira; Mapear as ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso de Serviço Social da UFRB vinculadas a Política de Assistência Social em Cachoeira.

Para responder a essa questão o trabalho está dividido em três capítulos. Discutiremos no primeiro capítulo: A formação acadêmica e profissional no serviço social brasileiro; Diretrizes curriculares e projeto profissional e os desafios da formação profissional do assistente social no âmbito da política de assistência social; A priori abordaremos o processo histórico da formação dos Assistentes Sociais, passando pelas diretrizes curriculares, pois ela traz consigo instrumentos e estratégias que visa defender uma formação profissional crítica com vistas à apreensão dos processos sociais numa perspectiva de totalidade, dando suporte para a

formação profissional. E finalizando o primeiro capítulo trazemos a necessidade que os profissionais estejam preparados com todo aporte teórico metodológico na atuação e compreensão com as políticas públicas, para uma intervenção adequada no seu fazer profissional junto aos usuários nas políticas públicas sociais.

No segundo capítulo: As particularidades da intervenção profissional do assistente social na sociedade contemporânea, a discussão que trazemos nesse capítulo perpassa por compreender que a prática profissional do Assistente Social está absorvida por determinações históricas pela ordem política e econômica do sistema capitalista. É nesse contexto que se encontra os desafios e os dilemas da prática profissional. Serviço Social e sua atuação na política de assistência social, entendendo seus limites e desafios no seu cotidiano de trabalho. A Política de assistência social no município de Cachoeira. Quando esse tópico foi abordado, buscava-se entender como a política de assistência se concretiza na cidade de Cachoeira, já que a abordagem do TCC é a relação do curso de Serviço Social para a política de assistência de cachoeira.

E por último fazendo a aproximação com o objeto de estudo, chegamos ao terceiro capítulo: contribuições do curso de serviço social/UFRB para a política de assistência social em cachoeira, com as vozes do sujeito envolvido, por meio de entrevistas com: Gestores, Assistentes Sociais, docentes e discentes.

Para alcançar o objetivo geral e específico do trabalho, utilizamos de um percurso metodológico. Utilizamos de pesquisa bibliográfica, legislação e pesquisa em campo qualitativa, como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada. As respostas serão analisadas pela técnica de análise de conteúdo.

Os resultados sinalizam que de fato essa relação existe e sua concretude e perpassa por desafios. Mas também confirma a relevância da UFRB e do curso de serviço social para a cidade de Cachoeira. É preciso ratificar que o presente trabalho monográfico não pretende apontar caminhos conclusivos para melhor efetivar ou o melhor caminho a percorrer para que essa relação se concretize. Ainda que nas entrevistas alguns pontos foram sugeridos.

1. SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Este capítulo tem por objetivo apresentar o Serviço Social e sua formação Profissional e a política de Assistência Social. Fazendo um resgate histórico do processo de formação profissional perpassando pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS que dão o alicerce para a formação acadêmica dos/as Assistentes Sociais, e os desafios posto aos profissionais que necessitam ser enfrentado nos espaços sócio ocupacionais.

1.1 A formação acadêmica e profissional no serviço social brasileiro

O Serviço Social é um curso de nível superior, regulamentada pela Lei 8.662 de 1993 e o exercício profissional do Assistente Social só pode ocorrer após o registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). O conhecimento adquirido ao longo da trajetória da formação possibilitará compreender elementos críticos acerca da realidade. A compreensão da profissão de Serviço Social perpassa por entender que ela é inscrita na divisão social e técnica do trabalho, reafirmando sua dimensão contraditória das demandas que lhe são posta no seu cotidiano profissional, de um lado o movimento do capital e do outro a classe trabalhadora. Conforme Iamamoto:

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e a expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas específicas. É nesse contexto, em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro, que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p.77).

Em 1932 surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), vinculada a Igreja Católica e tinha como objetivo oferecer para as mulheres religiosas das classes dominantes, um curso intensivo de Formação Social, com base no método da Escola de Serviço Social de Bruxelas. Ao encerrar o curso, as Moças estavam aptas para atender o bem estar da sociedade. O CEAS centrava seus estudos na doutrinação social da Igreja visando buscar na atuação das trabalhadoras sociais uma melhor eficiência e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009).

O CEAS funda em 1936 a primeira escola de Serviço Social do Brasil em São Paulo, com a demanda inicial por uma formação técnica e especializada. O Estado também vai absorver dessa formação técnica e especializada para lidar com a questão social.

[...] A demanda por essa formação técnica e especializada crescentemente terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo em que passará a regulamentá-la e incentivá-la, institucionalizando sua progressiva transformação em profissão legitimada dentro da divisão social-técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.176).

A escola de Serviço Social começa a passar por mudanças e adequações, uma delas é a junção do CEAS com o departamento de Serviço Social do Estado em 1939 para compor centros familiares, essa união terá como reflexo a inclusão do curso de Formação Familiar que se tratava da pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos. Em 1940 surge o Instituto de Serviço Social em São Paulo, voltado para a formação de trabalhadoras Sociais treinadas especificamente para o Serviço Social do Trabalho. Nesse processo de formação, já começam aparecer novas demandas para o Serviço Social. “É importante situar, no entanto, que ocorre um processo de “mercantilização” dos portadores daquela *formação técnica especializada*, que se traduz em sua transformação em força de trabalho que pode ser comprada”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 179). Nesse momento as moças religiosas não mais será as que vão possuir a qualificação para o trabalho social, mas aos poucos esses espaços vão ser ocupados por integrantes da força de trabalho, com qualificações específicas incorporada na divisão social técnica do trabalho. O que, no entanto ainda não se elimina o conteúdo doutrinário na formação das Assistentes Sociais, e não impede das mesmas ser cooptadas pelo Estado e empresas.

A formação das Assistentes sociais se dividia em quatros aspectos: científica, técnica, moral e doutrinária (Iamamoto e Carvalho, 2009). Na parte científica eram compostas de conhecimento do indivíduo nos aspectos físicos, morais, psicológico, e social. No que se destina a técnica, o ensinamento era fundamentados em técnicas de como combater os males sociais, tendo o desdobramento na prática no trabalho do Assistente Social nas mais diversas formas de assistência. Enquanto que na formação moral ganha um destaque na preparação das Assistentes Sociais. Porque a falta dessa formação firmada nos preceitos cristãos, dificultaria o trabalho na sua ação educativa, que era almejado pelo Serviço Social, que será capaz de tirar os “desajustados sociais” dessa condição de anormalidade.

Observados os preceitos cristãos pelas Assistentes Sociais, tão importantes para a prática junto ao proletariado, precisavam as mesmas “[...] estar imunizadas das angústias e

apreensões que a situação de miséria e, eventualmente, a hostilidade do proletariado lhe causariam [...] “(Iamamoto e Carvalho, 2009, p.224). Mesmo com a formação em escolas de Serviço Social, não se conseguia reproduzir um discurso crítico acerca da atuação social das Assistentes Sociais.

A maioria do corpo docente compõe-se de religiosos, bacharéis, educadores e outros profissionais liberais – médicos, sanitaristas, etc. – que têm a uni-los, principalmente, sua adesão ao movimento católico. Ao ingressarem nesses magistérios, são convidados a realçar os aspectos sociais de suas respectivas matérias, embasando-as de conteúdo doutrinário. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.225).

O rompimento estreito do Serviço Social com a Igreja Católica começa a partir da inserção no mercado de trabalho, e a profissão de Assistente Social começa a se consolidar e aparecerá como uma categoria de assalariados.

Com as novas demandas apresentadas ao Serviço Social e a reorientação da profissão para atender o sistema capitalista e suas novas configurações. O Assistente Social passou a ter uma maior inserção profissional nas empresas e nas organizações estatais, sendo estas grandes empregadoras.

Unida ao Estado, a classe dominante foi abrindo espaço para que o Serviço Social avançasse em seu processo de institucionalização. Já ao final da década de 40, e consolidando essa posição nas duas décadas seguintes, o Estado despontou como grande empregador do Assistente Social, ampliando-se assim os mecanismos de controle sobre a estrutura e a organização da categoria profissional. (MARTINELLI 2009, p.131).

O Serviço Social deixa de ser uma forma de intervenção política de determinadas frações de classes, onde o assistencialismo era predominante, para ser uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto de bloco dominante.

Os anos de 1960 trazem consigo processos de renovação profissional, mas o conservadorismo moral e o tradicionalismo ético [...] é tão enraizado na trajetória profissional que podemos considerá-lo como parte de uma cultura profissional “impermeável” às transformações sociais e profissionais (BARROCO, 2005, pg. 15).

[...] Nos anos 60, o Serviço tem diante de si um quadro de projeções sociais inscritas nas tendências político-ideológicas do mundo contemporâneo, um elenco diversificado de projetos que se movem em torno liberalismo, do ideário socialista e do conservadorismo. O rebatimento dessas possibilidades na profissão permite delinear possíveis tendências postas a sua renovação; num arco de configurações heterogenias, o Serviço Social se move entre propostas modernizadoras, reatualizadoras do conservadorismo tradicional e voltadas a rupturas, nos mais variados graus e perspectiva teórico-práticas (BARROCO, 2005, pg. 116).

Por meio do código de Ética da profissão é possível compreender os processos vividos pelo Serviço Social de avanços e retrocessos e constantes luta da profissão para a garantia de direito dos seus usuários. No código de Ética de 1947, o usuário do Serviço social como beneficiário camufla a noção de direito dos indivíduos, pois era visto apenas como desajustados sociais. Não se questionava os motivos da existência das múltiplas expressões da questão social, ou seja, sem questionar o status quo. O Serviço social era, nitidamente, funcional ao capitalismo.

Em 1962 a ABESS publicou com vista a oferecer um suporte para a formação moral do Assistente Social, é preciso uma reflexão do momento da publicação dessa obra, em que o país passava mergulhado em uma ditadura militar e com o momento de efervescência de lutas democráticas populares da sociedade Brasileira. É a reação conservadora diante dos questionamentos feitos, ético político dos anos de 1960.

O código de Ética de 1965 traz uma perspectiva funcionalista, com uma compreensão imediatista para as relações sociais, sendo os indivíduos ajustados ao padrão da sociedade e os que não estivessem dentro desse padrão eram considerados desajustados sociais. Não se fazia uma crítica teórica para se compreender o local em que estava inserido aquele individuo cada um deles com sua singularidade. Posição acrítica, não se fala em ruptura nos fundamentos do Serviço social, reafirmava o apelo moral, ligado a religião, do primeiro código, ideia de "integração social" e "correção dos desníveis sociais". A percepção das contradições da sociedade capitalista é inviabilizada, com uma individualização do problema.

Já em 1975 o código de Ética do Serviço Social foi aprovado em plena ditadura militar. O código trouxe em seu texto o exercício profissional regido por direitos e deveres, criação de instrumentos profissionais. O Serviço Social foi reconhecido como uma profissão liberal, garantindo prerrogativas e defesa do que lhe é privativo. Os Códigos brasileiros de 1965 e 1975 reproduzem a base filosófica humanista cristã e a perspectiva despolitizante e acrítica em face das relações sociais que dão suporte a pratica profissional (BARROCO, 2005, pg. 126). Os códigos de Ética da profissão sofreram grande influência do neotomismo, uma corrente filosófica religiosa trazendo em si a ética conservadora para a atuação das Assistentes Sociais.

Sua oposição à liberdade e sua defesa da ordem moral, da autoridade e da tradição são afirmados enfaticamente, tendo em vista seus objetivos: consolidar um conjunto de atitudes, hábitos e comportamentos propiciadores da formação de ethos social condizente com o papel profissional do assistente social ((BARROCO, 2005, pg. 122).

Essa corrente filosófica cristã foi importante para a construção sócio histórica do Serviço Social, mas passou a ser questionada no movimento de reconceituação visto que ele não atende mais as nossas expectativas profissionais, pois o neotomismo traz uma visão religiosa e superficial da realidade que não emancipa o sujeito, mas acaba conformando o sujeito na condição de exploração ao qual ele sobrevive.

Nas décadas seguintes o Serviço Social passa por transformações, isso vem acompanhada de reflexões teóricas sobre sua atuação, no âmbito do movimento de reconceituação. O movimento de reconceituação deu início na década de 60 na América Latina, na busca por uma ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador, na busca pelas demandas da classe trabalhadora (NETTO, 2005). E foi um momento muito importante para a profissão do Serviço Social, momento de reflexão políticas, éticas, metodológica e renovação da profissão e sua prática (NETTO, 2005). Traz consigo novos conceitos, novo olhar sobre o conservadorismo da profissão e rompendo com a neutralidade da profissão. Há que se destacar o momento histórico em que o processo de reconceituação está inserido. O país estava no meio de um golpe militar de 1964 onde a liberdade de expressão era cerceada. E o movimento acaba enfraquecendo devido ao golpe militar.

Em meio a esse contexto, o movimento de reconceituação continua a questionar o Serviço Social conservador que teve suas bases no positivismo, funcionalismo e neotomismo. Isso traz uma nova exigência para os profissionais de Serviço Social exigindo um novo posicionamento político, na busca e atuação da classe trabalhadora.

O movimento nos deixou um grande legado, que foi a abertura desse novo olhar para a profissão e a aproximação com a luta e defesa dos direitos com a classe trabalhadora.

A elaboração do Serviço Social no movimento de ruptura vai socorre-se da tradição marxista (NETTO,1991pg.148, apud BARROCO,2005, PG 108). Analisando que a forma de produção social é a causa prioritária das desigualdades. Com isso o Serviço Social passa a compreender a dimensão política de sua prática. A profissão passa a fazer parte de mobilizações sociais, processo de laicização, e críticas internas das Ciências Sociais. (BARROCO,2005).

A formação acadêmica e profissional do Serviço Social se constrói por esses processos políticos, econômicos e culturais existentes em nossa sociedade. A construção dessa formação e todo seu processo histórico dá alicerce para um Serviço Social comprometido com a classe trabalhadora, público alvo de nossa intervenção profissional.

1.2 Diretrizes curriculares e projeto profissional

As diretrizes curriculares compõem uma expressão privilegiada do projeto ético-político e sua análise consiste em considerar as contradições das relações sociais existentes entre as classes.

Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABESS, CFESS, 1996, p.1).

A graduação em Serviço Social deve ter elementos para uma formação profissional que atenda as demandas postas na sociedade, para isso é necessário um currículo que englobe matérias que possam fornecer conhecimentos, habilidades teórica, histórica, metodológica e técnica, que se transformam em disciplina sustentada por diretrizes curriculares.

As diretrizes curriculares permitem formar profissionais com uma direção social crítica da realidade, as suas contradições, reafirmando o nosso projeto ético político¹. Proporcionando aos Assistentes Sociais uma ação interventiva nesta realidade.

As diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, propostas pela Abess/ Cedepss, reconhecem o Serviço Social como uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2014, p. 617).

O processo de construção das diretrizes curriculares de 1996 que foi fruto de intensos debates e de um processo de construção coletiva foi apresentado pela ABESS em de 1979, período em que o Brasil passava por uma ditadura militar, esse movimento trouxe elementos do avanço do movimento de reconceituação² trazendo consigo lutas e resistências tanto políticas e acadêmicas para o momento atual do país. Sendo um grande marco para a profissão, na busca por um Serviço Social questionador, que busca a criticidade.

¹Projeto ético Político: O projeto ético e político do Serviço Social, que orienta o exercício e a formação profissional, resultou de um processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO). Este projeto de profissão e sociedade é explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.

[...] reconceituação do serviço social como um movimento, que tem se caracterizado, para muitos de nós, como um processo de desconstrução de um paradigma dominante na formulação teórica e prática do serviço social e de construção de um paradigma questionador e crítico da ordem dominante, expresso de distintas formas, como: “serviço social crítico”, “serviço social dialético” ou “serviço social marxista” (FALEIROS, 2005, p. 22).

Esse processo de implementação das diretrizes curriculares foi aprovada pelo MEC em 1982, a construção das bases desse curriculum nos quais se podem pensar os marcos do projeto de profissão, no que tange à formação profissional. Trazendo “ementas voltadas para História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado” (IAMAMAOTO, 2014, p.614). Um grande desafio estava posto para transformar o que fora aprovado pelo MEC em teoria prática para a formação dos profissionais de Serviço Social.

[...], o que representou um enorme desafio teórico e de pesquisa no sentido de dar sustentação a estes conteúdos. É desse período a introdução da política social no universo da formação acadêmica, quando se vincula o exercício profissional às políticas sociais públicas, sendo as relações entre o Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão. (IAMAMAOTO, 2014. P.614).

Com o passar dos anos e o amadurecimento da profissão, como resultado do avanço teórico crítico construído pela categoria nesse período, e um olhar mais profundo sobre a formação profissional. Houve a necessidade de uma revisão do currículo mínimo de 1982.

Essa construção foi construída coletivamente, ABESS coordenou com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – CEDEPSS, teve o apoio do CFESS - Conselho Federal de Serviço Social e do ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

Foram feitos amplos debates por meio de oficinas em âmbito nacional e regional, dando forma ao novo curriculum mínimo para o Serviço Social. Em 1996 o novo curriculum foi aprovado pela categoria. A proposta segue para a apreciação CNE – Conselho Nacional de Educação. Há que se pontuar que vivíamos em um momento no Brasil de uma onda intensa do neoliberalismo e uma contrarreforma, que afetava diretamente as instituições Públicas de

²Sobre o movimento de Reconceituação ver: FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Revista Serviço Social & Sociedade** n° 84. p 21-36. São Paulo: Cortez, 2005. sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão. (IAMAMAOTO, 2014. P.614).

Ensino Superior. (IAMAMOTO, 2014.), sendo assim o curriculum mínimo também foi atropelado, quando foi para a apreciação junto a CNE.

Os currículos são substituídos por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas. (IAMAMAOTO, 2014, p. 616).

Com as alterações feitas pelo CNE ao texto original aprovado pela ABESS, ENESSO, CFESS, CEDEPSS, estabelece uma base comum em âmbito nacional para os cursos de Serviço Social, mas cada Instituto de Ensino Superior (IES) poderá construir o conteúdo da formação, como for mais conveniente, permitindo assim a flexibilização do ensino.

Há de se fazer uma reflexão que essas alterações favorecem ao mercado no seu programa neoliberal, adequando a educação para atender as demandas do mercado.

O esvaziamento das diretrizes curriculares promovido pelo CNE não é uma mera simplificação, mas expressa uma política de formação profissional predominantemente preparatória para o mercado, mais flexível, diversificada, reduzida com habilitações específicas e sem preocupação com uma formação genérica e com perspectiva de totalidade (BOSCHETTI, 2004, p. 24).

As diretrizes curriculares coordenada pela ABESS, faz justamente o inverso, por meio do curriculum busca-se uma educação pública que possa dar uma formação de qualidade, que tenha compromisso com o coletivo, com uma leitura da realidade que saia da mera aparência - do imediatismo – sendo capa de ler a realidade social e suas contradições.

A construção coletiva de proposta de formação acadêmica no Serviço Social norteia-se pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, direcionada aos interesses da coletividade e enraizada na realidade regional e nacional; a universidade que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coe- rente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares exclusivos de determinadas classes ou frações de classes; uma instituição a serviço da coletividade, que incorpore os dilemas regionais e nacionais como matéria da vida acadêmica, participando da construção de respostas aos mesmos no âmbito de suas atribuições (IAMAMOTO, 2014, p.625).

O que foi proposto pela ABESS na diretriz curricular de 1996, [...] reconhecem o Serviço Social como uma *especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social* [...] (IAMAMOTO, 2014, p.617). E pontua a questão social como objeto de pesquisa e intervenção do Serviço Social. Nessa contradição de um lado o capitalismo e seus meios de produção e de outra a classe trabalhadora, um sistema que gera uma

desigualdade econômica gigantesca e conseqüentemente uma desigualdade social, com uma pauperização latente para a população.

Suas expressões condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2014, p. 618).

As diretrizes curriculares pontuam:

[...] profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e efetivando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organização da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (DIRETRIZES CURRICULARES, 1999 APUD IAMAMOTO, 2014, P. 619).

Nas diretrizes curriculares a Ética e a Pesquisa como eixo transversal na formação dos Assistentes Sociais. A Ética ela tem vinculação na origem do ser social, na intervenção profissional e em todo seu processo de conhecimento. A pesquisa defendida pela ABEPSS, ela tem uma ligação direta com a produção de conhecimento, mas também para que os Assistentes Sociais no seu cotidiano possam produzir conhecimento que subsidiem a intervenção profissional.

O Assistente Social um profissional formado sob as diretrizes curriculares, com capacidade teórico metodológico e ético-política, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade (ABEPSS, 1996). Mas é em seu fazer profissional que é tensionado o projeto profissional.

A diretriz curricular traz a centralidade atribuída à prática profissional na formação acadêmica, concebida sob a ótica teórica do trabalho. (IAMAMOTO, 2014). Compreendendo que as relações que permeiam as relações sociais em que estão inseridos os Assistentes Sociais, no campo das contradições das classes [...] em suas bases institucionais públicas e privadas que contratam o (a) assistente social [...] (IAMAMOTO, 2014). E para quem de fato se dirige o seu trabalho profissional (segmentos das classes trabalhadoras com recorte de gênero, etnia, geração e renda etc.).

O projeto profissional reconhece o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade, capaz de projetar coletivamente seu trabalho e buscar sua implementação por meio de sua atividade. Esta condição é tensionada pelo trabalho assalariado submetido ao Estado e ao poder patronal, que restringe a relativa autonomia do assistente social e submete nossa atividade aos dilemas da alienação. As diferentes condições de trabalho

redimensionam socialmente o significado das projeções profissionais que sofrem interferência tanto das lutas sociais quanto das condições de trabalho, da autoridade e dos serviços dos contratantes (IAMAMOTO, 2014, p.621).

Com toda essa polaridade que se encontra no trabalho do Assistente Social, está posta essa dicotomia: tanto os limites, que muitas vezes nos impede de avançar devido às condições de trabalho, um profissional assalariado, mas também nos é posto uma grande possibilidade do fazer profissional através do nosso conhecimento sobre a realidade e suas relações e apreensão da totalidade, propondo alternativas e negociações junto ao poder contratante.

O Serviço Social parte do pressuposto que as bases de seu trabalho se gestam na história da Sociedade, lugar esse de apreensão das particularidades, onde o Serviço Social atua com seu modo pensar e agir pautado em uma análise crítica ao longo de seu desenvolvimento. A profissão é um produto sócio histórico, e sendo assim ela também faz parte da expressão social.

Decifrar essa especialização do trabalho supõe, nesse sentido, elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político — das relações entre as classes e destas com o Estado —, assim como a inscrição do Serviço Social no debate teórico e cultural de seu tempo. Portanto, situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão, que tende a erigir o discurso dos profissionais como achados conclusivos da pesquisa (IAMAMOTO, 2014, p.621-622).

O Serviço Social se encontra nessa contradição de um profissional assalariado contratado pelo Estado, empresas, vendendo sua força de trabalho para a sua manutenção social, e de outro lado à classe trabalhadora que é o nosso público alvo, e mesmo em face da nossa condição de assalariados, o compromisso é com os interesses sociais da classe trabalhadora. Nosso fazer profissional tem como alicerce o princípio ético, para que possamos atender a população enxergando além do imediato e da aparência, compreendendo as relações sociais a qual estão inseridos cada indivíduo, relações essas que estão sobre o regime de modo de produção capitalista. Buscando a justiça social, erradicação das desigualdades sociais, da exploração, opressão e alienação. Todos esses processos estão incutidos no projeto profissional do Serviço Social.

[...] e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional (CFESS, 2012, p. 22).

O Código de Ética do Assistente Social, Lei 8662/93³, (2012 p. 23-24) traz onze princípios fundamentais, que se articulam orientando a intervenção profissional, entre eles estão: ***Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;*** (Grifo nosso). Os Assistentes Sociais buscam pautar seu projeto profissional na defesa e no fortalecimento dos interesses das classes trabalhadoras, na direção de uma sociedade sem exploração e na construção de uma nova ordem societária.

Para que o projeto profissional se afirme e ganhe solidez diante a sociedade e outros profissionais, instituição privada e pública é preciso que se tenha um fortalecimento em seu corpo teórico-metodológica, sua dimensão ético-política. Contudo como uma profissão que se gesta no processo histórico social e esse processo são dinâmicos. Todo projeto profissional é dinâmico e com isso eles podem se renovar. O projeto profissional requer vários componentes.

[...] Infere-se que ele envolve uma série de componentes distintos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc. São várias, portanto, as dimensões de um projeto profissional, que deve articulá-las coerentemente (NETTO, 1999, p.7).

As diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social acima descrito, traz orientação explicitando o perfil dos formandos, competências e habilidades, princípios da formação profissional, Conteúdo curricular, estágio supervisionado e as atividades complementares.

No que tange ao perfil dos formandos, são preparados para atuarem nas expressões da questão social formulando e implementando proposta para seu enfrentamento. Que tenha competência e habilidade para analisar o movimento histórico da sociedade, apreendendo as particularidades da sociedade capitalista e seu processo histórico. O princípio da formação profissional traz flexibilidade na organização dos currículos dando autonomia para definição das disciplinas e seus componentes curriculares, rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social para apreensão dos problemas que o profissional vai enfrentar no universo da produção e reprodução da vida social. A dimensão investigativa e interpretativa como condição central da formação, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS, 1996).

³Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf

Os princípios descritos acima consolidam a formulação das diretrizes para o projeto de formação profissional, com vista na construção e capacitação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Os conteúdos curriculares precisam trabalhar de forma articulada durante todo o processo de formação para construção de conhecimentos e experiência concreta no decorrer da formação profissional (ABEPSS 1996). As matérias ministradas no curso de Serviço Social trazem elementos constitutivos da profissão na construção e reconstrução da nossa trajetória histórica teórica, metodologia e técnica. Todo esse processo se desdobra em conteúdos importantes para capacitar os profissionais, se estendendo em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares, bem como outros componentes curriculares (ABEPSS, 1996). As atividades complementares têm sua relevância uma vez que objetiva as atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade (ABEPSS, 1996). Algumas atividades complementares aqui destacadas são: monitoria participação em seminários e congressos, publicação de trabalhos científicos e outras atividades que são definidas no plano de cada curso das instituições de ensino.

Em suma as diretrizes curriculares têm como projeto profissional formar profissionais com o perfil engajado com a classe trabalhadora, para os desafios e enfrentamento no trato das expressões da questão social e seus impactos, compreendendo que as contradições e os determinantes postos à realidade social, são inerentes ao modo de produção capitalista. Essa base na formação profissional dá suporte para o profissional ser inserido para atuar na direção hegemônica da profissão, ou seja, do lado da classe trabalhadora para uma sociedade, justa, igualitária e tendo como horizonte a transformação social. Essa articulação é o “combustível” para hegemonia de um projeto profissional, projeto esse que não se constrói do dia para noite. Pois exige análise de todo um processo histórico da sociedade, debates, elaborações e teórico-práticas (inclusive a análise da relação entre conhecimentos e formas de intervenção) etc. (NETTO, 1999).

1.3 Os desafios da formação profissional do assistente social no âmbito da política de assistência social.

As políticas sociais hoje é um dos maiores demandatário do trabalho dos Assistentes Sociais, sendo um espaço privilegiado da profissão. É necessário pontuar que apesar de nosso fazer profissional seja operando as políticas públicas sociais, não somos meros operacionalizadores de políticas emanadas do Estado, ainda que a política pública seja uma

mediação determinante no exercício da profissão no mercado de trabalho não só na execução, mas também na formulação e gestão das políticas sociais e como uma das respostas institucionalizadas à “questão social” (IAMAMOTO, 2014).

Essa atuação tem como base o Código de Ética do Serviço Social que orienta a categoria profissional no exercício da profissão, afirmando seu compromisso com a sociedade. Um dos princípios expresso no Código de Ética de 1993 é “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. (Código de Ética, 1993, pg.24).

Portanto é necessário que os profissionais estejam preparados com todo aporte teórico metodológico na atuação e compreensão com as políticas públicas, para uma intervenção adequada no seu fazer profissional junto aos usuários nas políticas públicas sociais. Há que se compreender os grandes desafios enfrentados pelos Assistentes Sociais na operacionalização de seu exercício profissional, e sua qualificação adquirida na graduação, possibilitará aos Assistentes Sociais uma atuação no seu processo de trabalho nas políticas públicas sociais.

Assistência Social e a história das Políticas Públicas no Brasil tem sido um espaço de lutas e grandes avanço para os profissionais do Serviço Social. A trajetória da política de Assistência Social no Brasil sempre se manteve no mérito do favor, o que acabou perpassando por décadas e infelizmente se mantém esse estigma até os dias atuais.

Mas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no artigo 203 a Assistência Social torna-se uma política pública de Seguridade Social de caráter não contributivo, e direito de todos e a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição à seguridade social. (BRASIL, 1988). Contudo só em dezembro de 1993 é aprovada, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº8742/1993)⁴, a LOAS é a lei que institui e define o perfil da política de assistência social e lhe dá sustentação legal, constituindo uma política que oferece programas, serviços, ações e benefícios socioassistenciais.

A materialização das diretrizes da lei Orgânica é expressa na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 22 de setembro de 2004 na operacionalização da política, estabelece:

Trata-se, portanto, de transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da LOAS, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo uma urgente, necessária e nova agenda para a cidadania no Brasil. (BRASIL, 2004, p. 11).

⁴Alterada pela Lei nº 12.435/2011 Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm

Embora a materialização da lei Orgânica já estivesse consolidada na PNAS e a política social já estivesse efetivada, ainda assim fez necessário estabelecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, criando um sistema descentralizado, participação entre os governos Federal, Estadual e municipal estabelecendo uma forma de gestão na estrutura dos serviços e benefícios socioassistenciais, qualificação da equipe de trabalho e avaliação da política. O Serviço Social tem nesses campos das políticas Sociais um importante campo de atuação.

Nos quais as políticas sociais e os direitos estão presentes como uma importante mediação para construção de uma nova sociabilidade. Trata-se de uma profissão de nível superior, que exige de seus/suas profissionais formação teórica, técnica, ética e política, orientando-se por uma Lei de Regulamentação Profissional e um Código de Ética. (CFESS, 2011, p.11).

O espaço ocupacional do Assistente Social nas políticas sociais vem carregado dos impactos ocorridos tanto nas esferas privada e Estatal em algum momento. Com privatização, focalização e descentralização, terreno onde se inscreve predominantemente o trabalho dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2009, P.2-3). A autora ainda destaca que espaços ainda carregam a dinâmica da acumulação do capital, a correlação de forças no âmbito da política.

[...] Refratam ainda as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira nesses tempos de profunda alteração da base técnica da produção com a informática, a biotecnologia, a robótica e outras inovações tecnológicas e organizacionais, que potenciam a produtividade e a intensificação do trabalho (IAMAMOTO, 2009, p.3)

E ainda faz parte do campo de trabalho do Assistente Social

É esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições. Mas ele impõe também específicas exigências de capacitação acadêmica que permitam atribuir transparências às brumas ideológicas que encobrem os processos sociais e alimentem um direcionamento ético-político e técnico ao trabalho do assistente social capaz de impulsionar o fortalecimento da luta contra hegemônica comprometida com o universo do trabalho (IAMAMOTO, 2009, p.3).

É preciso fazer essa reflexão das mudanças ocorridas nessas décadas nas políticas públicas da Assistência Social e suas correlações de forças, exigindo assim dos profissionais que atuam nessa política uma constante atualização e qualificação teórica e metodológica dos processos de trabalho no campo de trabalho, assim contribuindo para a efetiva materialização dos direitos garantidos na nossa constituição.

Nos últimos anos do século XX, tornou-se forte a questão da formação continuada nos mais variados setores profissionais e universitários. A importância da formação continuada como requisito para o trabalho, pois com as constantes mudanças nos conhecimentos e nas tecnologias e as mudanças no mundo do trabalho (GATTI, 2008). Ou seja, a educação continuada foi colocada como aprofundamento e avanço nas formações dos profissionais (GATTI, 200, p.58).

Com inúmeras mudanças ocorridas e intensas transformações em todas as áreas de conhecimentos, traz a importância de uma qualificação continuada, para que se possa no processo de trabalho do Assistente Social estejam capazes de impulsionar a realização das mudanças pretendidas.

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas (IAMAMOTO, 2008, p. 41 apud PEREIRA p.8).

Quando se fala em formação continuada, olhamos para a necessidade do profissional está sempre qualificado para as demandas de uma realidade que se transforma o tempo todo, mas também por uma crítica na formação do profissional em relação à grade curricular no que tange a falta de uma disciplina de política de assistência social em alguns cursos da graduação de Serviço Social. Existe uma fragilidade na formação para esses profissionais que vai atuar na política de assistência social, muitos profissionais de Serviço Social sai da graduação sem ter essa disciplina. Trazendo para nossa realidade, analisando o projeto pedagógico do curso de Serviço Social (PPC)⁵ da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) esse traz elementos técnicos, administrativos, acadêmicos e pedagógicos para a criação do Curso de Graduação em Serviço Social da UFRB. O PPC do curso de Serviço Social, (2007 p. 10) tem por objetivo:

Formar profissionais críticos e competentes, capazes de compreender e intervir nas diferentes dimensões que compõem o cenário de sua atuação, realizando uma prática fundada em princípios éticos e humanísticos comprometidos com a transformação social da realidade local e nacional [...]

Com esses objetivos o Curso de Serviço Social pretende ter um egresso com perfil capaz de fazer uma leitura da realidade para além do aparente, compreendendo as várias expressões

⁵ Documento completo disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/cahl/cursos/servico-social>

da questão social, um profissional apto formular e implementar propostas para uma intervenção qualificada. Sua atuação profissional deve visar à ampliação e à garantia de acesso dos diversos segmentos da população a políticas e direitos sociais (PPC do curso de Serviço Social, 2007).

Contudo mesmo com todos esses elementos para uma formação de qualidade, é necessário fazer uma observação quanto à falta de uma disciplina específica de Política de Assistência Social, isso não quer dizer que uma falta dessa disciplina possa comprometer a qualidade do curso, mas a existência da mesma traria para os egressos uma carga teoria/prática importante para o seu fazer profissional, em um dos campos que mais absorve o profissional de Serviço Social.

E necessário pontuar que o Curso de Serviço Social da UFRB em está em consonância na base legal para implantação do curso e suas diretrizes:

O projeto de implantação do Curso de Serviço Social apresentado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia considera e está em conformidade com as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, expressa a partir da resolução CNE/CES 15/02, de 13 de Março de 2002, bem como de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96). Na formulação da proposta de implantação do curso também foram observadas as prescrições da Lei de regulamentação da profissão - (Lei 8662/93), o Código de Ética Profissional CFESS/1993 e o Parecer 462/82 do CFE/MEC, e demais regramentos próprios e institucionais (PPC do curso de Serviço Social, 2007, p.9).

O debate em torno da formação profissional do Assistente Social, não significa que na graduação não se teve elementos necessários para que exerça seu trabalho com qualidade. Ao contrário, o que se pontua é que com as novas demandas de conhecimentos, tecnologias e uma sociedade na sua forma mais plural demandam exigências profissionais com competências técnicas, políticas e operacionais.

2. ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL – UM DEBATE NECESSÁRIO.

Este capítulo traz o debate acerca da intervenção profissional do Assistente Social na sociedade contemporânea, aqui será discutido seus limites e possibilidades no seu fazer profissional desvelando o aparente para chegar à essência. Essa discussão citada à cima abriu caminho para o debate da sua atuação na política de Assistência que é um grande campo dos Assistentes Sociais e por fim chegamos à política de Assistência de Cachoeira para compreender a sua operacionalização e a realidade ao qual está inserida.

2.1 As particularidades da intervenção profissional do assistente social na sociedade contemporânea.

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer enxergar um profissional assalariado que vende sua força de trabalho para o Estado e empresas executando as políticas sociais para a manutenção social na sociedade capitalista, e ao mesmo tempo o nosso trabalho se dispensa para a classe trabalhadora que é nosso público alvo e na materialização de seus direitos. Buscando ser uma profissão interventiva, isto é, que visa produzir mudanças no cotidiano da vida social das populações atendidas – os usuários do Serviço Social (SOUZA, 2008, p.120). O que nos faz compreender que a prática profissional do Assistente Social está absorvida por determinações históricas pela ordem política e econômica do sistema capitalista. É nesse contexto que se encontra os desafios e os dilemas da prática profissional.

E os Assistentes Sociais são desafiados neste tempo de divisas, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência, ameaçada na própria vida. Tempos de crise, em que cresce o desemprego, o subemprego, a luta por meios para sobreviver no campo e na cidade. Tempos extremamente difíceis para todos aqueles que vivem do trabalho: para a defesa do trabalho e para a organização dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2009, p.18).

Diante de uma conjuntura latente em nossa sociedade é preciso refletir sobre a prática profissional, sua ação e como compreende a realidade, esse sujeito profissional que atua no presente vive um dos maiores desafios:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo (IAMAMOTO, 2009, p.20).

A prática profissional perpassa por sua instrumentalidade, o que não se define em meros instrumentos necessários ao agir profissional. Onde que por meio deles os Assistentes Sociais objetivam suas ações profissionais e seus resultados. Mas a sua instrumentalidade vem encharcada como citado acima de determinações históricas política e econômica regida pela sociedade burguesa.

[...] Podemos afirmar que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio histórico (GUERRA, 2000, p.1).

A instrumentalidade está intimamente ligada à capacidade e a qualidade e a propriedade constitutiva da profissão ao longo da nossa trajetória sócio histórico profissional. É através da instrumentalidade que nos possibilita o atendimento as demandas e o alcance dos objetivos transformando e modificando por meio das mediações e intervenções numa determinada realidade social.

A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (GUERRA,2000 p.2).

O Serviço Social é uma profissão que está engendrada na divisão social e técnica do trabalho, mas é no desenvolvimento das forças de produção e reprodução social que a profissão altera suas funções, se moderniza e se transforma, influenciando profundamente a instrumentalidade do Serviço Social e o olhar dos profissionais nas particularidades da intervenção profissional.

As determinações sociais em que os Assistentes Sociais executam seu trabalho, na questão social e seu tratamento por parte do Estado, fragmentando-a e recortando-a em questões sociais a serem atendidas pelas políticas sociais (GUERRA 2000). Estando o profissional ligado diretamente na execução final das políticas sociais para as classes mais populares e vulnerabilizadas e nesse sentido a atuação do seu trabalho alimenta a produção e reprodução do capital.

Essas estruturas institucionais em que estão inseridos os Assistentes Sociais, e todo seu contexto histórico, perpassam a ser mediada pela lógica do mercado e muitas vezes condicionam o seu fazer profissional a instituição a que está vinculada. Assim, o assistente social adquire a condição de trabalhador assalariado com todos os condicionamentos que disso decorre GUERRA (2000, P.7) ainda pontua:

Por isso é importante, na reflexão do significado sócio histórico da instrumentalidade como condição de possibilidade do exercício profissional, resgatar a natureza e a configuração das políticas sociais que, como espaços de intervenção profissional, atribuem determinadas formas, conteúdos e dinâmicas ao exercício profissional. A este respeito, considerando a natureza (compensatória e residual) e o modo de se expressar das políticas sociais (como questão de natureza técnica, fragmentada, focalista, abstraída de conteúdos econômico-políticos) estas obedecem e produzem uma dinâmica que se reflete no exercício profissional [...].

Para tanto para essa operacionalização da instrumentalidade, é necessário compreender o papel dos instrumentos, já que eles também dizem respeito ao conjunto de técnicas para

materializar nosso processo de trabalho. No modo de produção capitalista os instrumentos de trabalho são usados como mediação para efetivar o trabalho dos Assistentes Sociais. É preciso pontuar que o nível de respostas que o capital exige as demandas apresentadas ao Serviço Social, são sempre de caráter imediato, o que não se pode afirmar que as respostas dadas a população pelo (a) Assistentes Sociais sejam de caráter imediatista.

Guerra (2000, p.10) corrobora:

Com isso queremos afirmar que reconhecer e atender às requisições técnico instrumentais da profissão não significa ser funcional à manutenção da ordem ou ao projeto burguês. Isto pode vir a ocorrer quando se reduz a intervenção profissional à sua dimensão instrumental. Esta é necessária para garantir a eficácia e eficiência operatória da profissão. Porém, reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de qualquer finalidade. Significa também limitar as demandas profissionais às exigências do mercado de trabalho. É também equivocado pensar que para realizá-las o profissional possa prescindir de referências teóricas e ético-políticas.

Na sociedade burguesa os instrumentos estão condicionados ao fetichismo que envolve as relações sociais, e trazem consigo uma falsa representação da realidade pela ideologia capitalista. No âmbito do Serviço Social existe uma tendência dentro da profissão quando se refere à instrumentalidade de atribuir aos instrumentos e técnicas que fazem parte do nosso processo de trabalho, um status superior do que aqueles componentes da nossa prática que construímos ao longo da nossa trajetória sócio histórica da profissional.

A direção social da intervenção, as metodologias, os instrumentos e técnicas sofrem influência do movimento histórico da sociedade burguesa, mas não se configura como modo de ser do Serviço Social, pois são extrínsecos à sua constituição. Essas determinações independem do processo ideológico do Assistente Social, mas somente em última instância porque as metodologias e o instrumental técnico-político, enquanto elemento necessário para objetivar a prática profissional acaba por compor o projeto profissional (GUERRA, 2011).

Cabe pontuar que ao desenvolverem sua atividade o Assistente Social não é um mero técnico, mas também críticos, pois o domínio do instrumental requer domínio e um conhecimento das finalidades e as formas de alcançá-las (Guerra, 2011).

Para todas essas demandas postas ao Serviço Social na contemporaneidade, é requisitado um profissional que não seja um mero executor de políticas sociais. Responder as essas reivindicações exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, reduzindo o trabalho a um mero emprego com uma rotina burocrática de horário e atividades pré-

estabelecidas pela instituição. (IAMAMOTO, 2009, P.21) pontua que o exercício profissional é mais que isso:

É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

É certo que não há uma formula pronta para os Assistentes Sociais, mas as possibilidades são dadas dia a dia na realidade, mas ela não vem pronta para o profissional, cabe a ele reconhecer e apreender para desenvolvê-las e assim transformar em projetos profissionais. Compreendendo que há limites e possibilidades as perspectivas profissionais, mas nesse processo há espaço para proposições de alternativas criativas. Isso implica em não enxergar o processo histórico como se a realidade já estivesse dada em sua forma definitiva, os seus desdobramentos predeterminados e os limites estabelecidos (IAMAMOTO, 2009, P, 22). Trazer para o seu cotidiano profissional essa visão pré-determinada da realidade conduz a acomodação, a falta de otimização e ao mero cumprimento da burocracia.

2.2. Serviço Social e sua atuação na política de assistência social.

Assistência Social está descrita como uma política pública legalmente reconhecida como direito social e dever do Estado, com a finalidade de assegurar necessidades básicas, ela se encontra no campo do direito juntamente com o tripé da seguridade social: Saúde, Previdência e Assistência Social (Constituição de 1988, art.194). Política pública de Seguridade Social de caráter não contributivo, e direito de todos, e a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição à seguridade social (BRASIL, 1988).

Pensar a política de assistência social na perspectiva do direito contrapõe um passado de forte clientelismo, assistencialismo e pela cultura do favor, e negação de direitos. Mas a carta magna de 1988 trouxe avanços tirando da ação focal à dimensão universal do direito. A LOAS (Lei nº8742/1993) criada para oferecer programas, serviços, ações e benefícios sócio assistenciais.

Assistência Social para sua maior efetivação como política pública é necessário sua articulação com a seguridade social e as outras políticas sociais. A proteção social básica e especial (de média e alta complexidade), conforme descrito na PNAS/SUAS precisa fazer essa articulação com as políticas de proteção da seguridade social.

As políticas Sociais são resultados de processos históricos, de crise econômica, reivindicação da classe trabalhadora que trazem consigo elementos de um sistema capitalista com interesses antagônicos mediatizados pelo Estado. As crises do capital e a onda neoliberal impactam diretamente nas políticas sociais gerando intensa precarização nas políticas sociais, mesmo depois de estar assegurada na constituição de 1988. Uma das grandes crises do capital foi em 1929-1932, período conhecido como a Grande Depressão, uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano e se alastrou pelo mundo, com desemprego em massa, e pobreza, queda da produção das indústrias. Essas crises têm impacto na consolidação das políticas sociais, porque o capital vive da força de trabalho na extração da mais-valia e na busca por lucros. Onde se desponta uma onda neoliberal onde transfere para os indivíduos a busca pela sua própria existência como sendo algo natural independente da realidade onde estão inseridos, controle nos gastos sociais, diminuição do salário. Com a grande crise de 1929 o desenvolvimento das políticas sociais foi marcado por grandes mudanças, e não foi diferente no Brasil.

A economia e política brasileiras foram fortemente abaladas pelos acontecimentos mundiais das três primeiras décadas do século XX, e mais ainda depois da crise de 1929-1932, quando se abre uma época de expansão acelerada das relações capitalistas entre nós, como intensas repercussões para as classes sociais, o Estado e as respostas à questão social (BEHRING ET. AL, 2008, P. 104).

A correlação de forças que surge no interior das classes dominantes e mudanças significativas para a classe trabalhadora foi a principal repercussão da grande crise de 1929, para o Brasil nos anos 30 (BEHRING, 2008). A principal produção do Brasil na época era o café e a crise de 1929 trouxe grandes instabilidades econômica e politicamente, o que fez com que as oligarquias que ficava fora desse núcleo do poder político ganhassem espaço.

Os primeiros sete anos foram marcados por uma forte disputa de hegemonia e da direção do processo de modernização. De certa forma, a constituição de 1934 expressa as tendências e contra-tendências desse período (BEHRING 2008, P.105). Sendo que os processos decisórios não eram nada democráticos, sendo uma modernização conservadora. Tendo como pauta crescimento econômico, das indústrias e mudanças no trato com a questão social que até aquele momento era visto como caso de polícia.

Nas décadas de 30 e 40 houve um desenvolvimento nas políticas sociais, ainda que pontuais e só para a classe trabalhadora como: aposentadorias, pensão, auxílio maternidade, seguro desemprego. Na década de 40 houve a criação da Lei Brasileira de Assistência (LBA), com intuito de auxiliar as famílias dos pracinhas que foram para a segunda guerra

mundial. Darci Vargas era encarregada de coordenar a LBA, o que denota aquelas características de tutela, favor e clientelismo na relação entre o Estado e sociedade no Brasil, atravessando a constituição da política social (BEHRING, 2008. P.107, 108).

[...] A LBA vai se configurando como instituição articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro – damismo, o que só começará a se alterar muito tempo depois, com a constituição de 1988 (BEHRING ET. AL, 2008, P. 108).

Entre 1946 e 1964 foi marcado por disputas entre as classes e reposicionamento político e o plano desenvolvimentista para o país que propunha a meta de crescimento 50 anos em 5 do governo de Juscelino Kubitschek. No meio de todo esse cenário, a política social com progressos lentos e seletivos, mas na década de 80 e 90 passava por uma transição do final da ditadura militar para a democratização do país, com abertura as orientações neoliberais.

O Brasil saía de um período ditatorial onde a distribuição da riqueza produzida, ficava para as elites e isso se refletiu no aprofundamento das questões sociais. [...] os trabalhadores e movimentos sociais já avaliavam essa tendência pela crise econômica que se avizinhava. Nos anos 80 se encontrava no endividamento externo, aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda. Nos anos 90 a adaptação ao capitalismo mundial é um momento com característica diferente do pós 64, que se configuram como uma contrarreforma social e cultural na perspectiva de reconstruir a hegemonia burguesa no País. Vivendo um período de privatização, autoritarismo, a cultura senhorial, o clientelismo, a tutela do favor. E para as políticas sociais a estimativa não era nada otimista, apesar de estarem expressa na carta magna de 1988.

Houve, portanto, uma abrangente contra- reforma do Estado no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e pela disposição política da coalizão de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso. Uma contrarreforma que foi possível a partir de algumas condições gerais, eu precedem os anos de 1990: a crise econômica dos anos 1980 e as marchas e contramarchas do processo de democratização do país (BEHRING ET. AL, 2008, P. 152).

Para a política social brasileira era o momento de grandes tensões entre as conquistas na constituição de 1988 asseguradas pelo forte movimento social da redemocratização e a contrarreforma liberal.

A tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos

da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais: a privatização: *a focalização e a descentralização* (BEHRING ET. AL, 2008, P. 156).

O Serviço Social tem nesses campos das políticas Sociais e com todos esses elementos um importante campo de atuação. A intervenção profissional na política de Assistência Social não pode se limitar a um mero executor de atividades pautadas nos documentos institucionais. Sob o risco de limitar suas atividades à “gestão da pobreza” sob a ótica da individualização das situações sociais e de abordar a questão social a partir de um viés moralizante (CFESS, 2011). Correndo o risco de levar sua intervenção nas abordagens que tratam as necessidades dos usuários como problemas e responsabilidades individuais e grupais.

O Serviço Social trabalha nas mais diversas expressões da questão social e essa atingem com grande impacto o campo dos direitos, na saúde, educação, na discriminação de gênero, raça e etnia, no campo do trabalho e tantas outras formas de violação de direitos. Tais situações demandam ao Serviço Social projetos e ações sistemáticas de pesquisa e de intervenção de conteúdos mais diversos, que vão além de medidas ou projetos de Assistência Social (CFESS, 2011, P.10).

A política de Assistência Social é um grande campo de trabalho dos Assistentes Sociais, contudo não se pode confundir Serviço Social com Assistência Social. Pois isso seria reduzir a identidade profissional, que se inscreve em um amplo espectro de questões geradas com a divisão social, regional e internacional do trabalho (CFESS, 2011).

Ainda segundo o (CFESS, 2011, P.11,12):

A Assistência Social, que possui interface com todas as políticas públicas e envolve, em seus processos operativos, diversificadas entidades públicas e privadas, muitas das quais sequer contam com assistentes sociais em seus quadros, mas com profissionais de outras áreas ou redes de apoio voluntárias nacionais e internacionais.

Assistência Social sempre foi um campo de maior atuação socioassistenciais, mas o Serviço Social não só tem nesse campo o desenvolvimento do seu trabalho, sua atuação também acontece na saúde, habitação, educação etc. A profissão tem seu histórico de lutas frente às contradições para a efetivação dos direitos, portanto ela não se restringe a uma única política. A sua maior incidência na Assistência se dar pela sua formação, experiência e intervenção histórica, sendo de grande importância nas equipes de trabalho.

Portanto pensar na atuação do Serviço Social na política de Assistência requer reconhecer as condições objetivas nas condições precarizadas no cotidiano da prática

profissional, principalmente em tempo de desmonte de direitos. São nesse cenário que os Assistentes encontram grandes desafios para consolidar o projeto ético-político profissional. Pensar em como efetivar esse projeto ético-político requer um profissional, com uma leitura de todo processo histórico da sociedade capitalista, uma crítica nas formas nos novos padrões produção e organização do trabalho e o impacto na vida da classe trabalhadora.

A concepção presente no projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro articula direitos amplos, universais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições e não apenas pela instituição da parca, insuficiente e abstrata igualdade de oportunidades, que constitui a fonte do pensamento liberal. (CFESS, 2011, p.12)

Os referidos projetos bem como suas finalidades expressam valores que direcionam a prática profissional, valores e princípios com direção ética política, na luta pela consolidação e fortalecimento dos direitos das classes trabalhadoras.

2.3. A Política de assistência social no município de Cachoeira Bahia.

Para falarmos sobre a política de Assistência Social de Cachoeira, faz necessário descrever um pouco sobre o seu município e seu território. A cidade de Cachoeira, município do Recôncavo da Bahia situado à margem esquerda do rio Paraguaçu-111 km da cidade de Salvador (capital da Bahia), com uma área total de 395,21 km². Faz divisa com os municípios de Conceição da Feira, Santo Amaro, Saubara, Maragogipe, São Felix, Muritiba e Governador Mangabeira. A rodovia BR-420 é a principal via de acesso ao município, que não possui aeroporto. Possui um clima tropical e está a 5m acima do nível do mar. Segundo o censo do IBGE a população total em Cachoeira em 2010 é de 32.026, com estimativa para 2018 de 33.86, com densidade demográfica de 81,03 hab./km².

Tem sua identidade cultural histórica, com seus prédios barroco, palco da luta pela independência do Brasil. As atividades religiosas também são um ponto marcante, principalmente pela religião de Matrizes Africana. Cachoeira foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 1971 e passou a ter o título de Cidade Monumento Nacional. Decreto 68 045, de 13 de Janeiro de 1971.

Uma cidade com traços históricos marcantes culturais, e um importante polo turístico e marcado pela presença de afro descendente com suas manifestações históricas e sociais, o que

traz na sua gênese marcas negativa da escravidão na formação social e econômica no Brasil, tanto quanto na cidade de Cachoeira. São marcas estruturais de um passado de negação a essa população negra que ainda hoje no cenário contemporâneo, elas se expressam nas várias expressões da questão social principalmente para a população negra. Conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 32.026 residentes, dos quais 5.585 encontrava-se em situação de extrema pobreza. Um dado relevante é o aumento da mortalidade masculina identificada nos índices oficiais, a qual está majoritariamente associada a causas externas, com destaque para a violência. Os homicídios entre jovens negros corresponderam a 83,3% do total de homicídios entre jovens.

Uma análise socioterritorial mais aprofundada nos ajuda na compreensão que é preciso mobilizar todo o conjunto de políticas públicas municipais para enfrentarmos grandes problemas locais, entre eles a pobreza, a violência, que exclui parcela significativa de Cachoeiranos e deixa em situação de grande vulnerabilidade social, impossibilitando-os de exercer seu direito como cidadão.

A Secretaria de Assistência Social do município de Cachoeira (SEMAS) atualmente fica localizada Rua Conegundes, s/nº - Centro / Cachoeira – Bahia. Tem como atual secretaria Adriana Silva.

A Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Cachoeira-BA, foi criada em 19 de agosto de 2005, através da Lei Municipal nº 688/2005⁶⁶ com a finalidade de executar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no município e efetivar políticas públicas voltadas para a prevenção e redução das desigualdades sociais, por meio de um modelo de assistência social embasado no que preconiza a Constituição Federal de 1988, e na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que a qualifica como direito de todo cidadão e dever do Estado e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O município de Cachoeira é classificado no Sistema Único de Assistência Social como município de pequeno porte II. A SEMAS tem como sua atribuição o compromisso da implantação da política de Assistência conforme o que está preconizado no NOB/SUAS.

É importante ressaltar para que a efetivação da política de Assistência precisa além ser implantada seguindo os critérios acima descritos, é necessário ser gerida com o compromisso ético político para promover o direito de todo.

⁶⁶ Documento completo disponível em: <https://www.cachoeira.ba.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-de-2005/cria-a-secretaria-municipal-de-assistencia-social>

No que tange o aspecto financeiro para o repasse de recursos o Art. 30 da LOAS estabelece que é condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento:

I - Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;

III - Plano de Assistência Social.

O parágrafo único preconiza as condições para a transferência para Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos Nacional de Assistência Social (FNAS), a partir do exercício de 1999. (Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998).

Acerca da existência dessas instâncias no município de Cachoeira cabe destacar a função do Fundo Municipal de assistência social na gestão dessa política pública social, de acordo com o estabelecido no art. 48 da NOB/SUAS 2012, todas as receitas e despesas executadas para fins de materialização de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social devem ser alocadas nesse Fundo Municipal garantindo assim os princípios do orçamento público brasileiro em vigor (ÁVILA& NASCIMENTO,2018,p. 29).

A rede socioassistencial do município da Cachoeira, por meio de sua rede tem por objetivo assegurar serviços, benefícios, programas e projetos para o enfrentamento de vulnerabilidades, riscos e das violações de direitos dos cidadãos cachoeiranos. Com base na Norma Operacional Básica do SUAS/NOB/2005, que implementa serviços de socioassistenciais em todo território nacional. Consolidando assim o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Cachoeira.

No município de Cachoeira a rede é composta por um conjunto de serviços executada pela secretaria de Assistência Social e parcerias com entidades. O município possui: 3 (três) CRAS, 1 (um) CREAS, (01) um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, uma central do CADÚNICO, sede administrativa, Velório Municipal, localizados no território municipal e convênio com o Lar Aconchego para abrigos de idosos em situação de rua. O município de Cachoeira conta com a proteção básica e a proteção especial para garantir a sua população sobrevivência, convivência familiar e comunitária, serviços, benefícios e programas.

Na proteção básica as ações são para a população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da exclusão social por falta de vínculos familiares e afetivos, gênero, pobreza, deficiência. O objetivo da proteção básica é prevenir situação de risco, por meio de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Fica a cargo do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) executar a proteção básica. Proteção Social Básica PAIF- Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família/ CRAS- Centro de Referência da Assistência Social.

O PAIF trabalha com no caráter social com as famílias, com a finalidade de fortalecer vínculos familiares e comunitários prevenindo a ruptura dos vínculos. Promovendo qualidade de vida e garantia de direito à população de Cachoeira. As ações se fazem pro meio de caráter preventivo. Por meio de ações culturais, rodas de conversas e trocas de experiências e seus direitos sobre a infância, o envelhecimento, a adolescência, as deficiências. O PAIF é ofertado no CRAS e oferece: serviços de acompanhamento social às famílias, proteção social pró-ativa (visitas as famílias em situação de risco) acolhida para recepção, escuta, orientação e referência, encaminhamento, cursos para inserção produtiva (informática, corte e costura instrumentos musicais.), atividades socioeducativas com as famílias, Jovens e crianças, atendimento Psicossocial.

Todos os serviços na proteção básica social básica visam o desenvolvimento do trabalho social, garantido assim romper com o risco social a qual as famílias e indivíduos estão inseridos e nos permiti identificar as demandas e potencialidades dentro da perspectiva familiar.

Quadro 1 – Equipamento da rede socioassistencial do município de Cachoeira e suas respectivas localidade:

CRAS – Casa da Família	Três Riacho– Sede
CRAS – Helena Passos	Capoeiruçu – Distrito de Cachoeira
CRAS – Quilombola	Santiago do Iguape–Distrito de Cachoeira
CREAS	Rua da Feira – Sede
SCFV - Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	São Francisco do Paraguaçu

Fonte: Plano municipal e Assistência Social em vigor (2013 -2017).

O CREAS está vinculado à política Pública Nacional de Assistência Social. São serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Desenvolvido em dois níveis Proteção de Alta e Média Complexidade. As ações neste âmbito de proteção, no grau de média complexidade, devem ser executadas de forma direta nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social. A proteção Social Especial no município de Cachoeira de média complexidade possui os seguintes serviços: Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Proteção Social a adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida. Violação à mulher, abuso ou exploração sexual e proteção ao idoso. Serviço de Proteção de Alta Complexidade, este nível de complexidade oferta atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem. Na Alta Complexidade, a cidade de Cachoeira possui convênio com o Lar Aconchego, fica situado na Rua Benjamin Constant-02 Centro- Cachoeira-Ba. Fica a cargo do Lar, receber os idosos em situação de rua da cidade da Cachoeira, temporariamente ou permanente.

Para além desses equipamentos, na cidade foi instalada no dia 19 de outubro de 2017 um Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos (CEJUSC) – Balcão de Justiça e Cidadania, Objetivando facilitar o acesso à justiça promovendo o uso de meios alternativos para solucionar conflitos, por meio de realização de sessões de audiências de mediação e conciliação.

Apesar de não ser um dos equipamentos da Assistência Social, esse recebe usuários dos equipamentos socioassistenciais, que demandam um atendimento sócio jurídico gratuito com vistas à materialização dos direitos, visto que a população de baixa renda tem pouco acesso aos equipamentos jurídicos.

Vinculado a CEMAS existe o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), na LOAS no seu artigo 5º traz como bases as diretrizes: descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo, participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. A CMAS de Cachoeira tem função deliberativa e fiscalizadora para melhoria e qualidade da gestão da política de Assistência.

Outras instâncias de controle do município como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), criado por Lei Municipal nº518 de 24 de Setembro de 1997; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI) Criado por Lei Municipal nº846 de 30 de Setembro de 2009, destaque para a comissão de erradicação do trabalho infantil (COMETI) Criado por Lei Municipal nº846 de 30 de Setembro de 2009.

Por fim compreender a estrutura e o funcionamento da política de Assistência Social do município de Cachoeira, nos faz entender seus limites e possibilidades para uma maior relação de troca de conhecimentos e uma ação conjunta entre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)/Centro de Artes Humanidades e Letras e o Colegiado do Curso de Serviço Social e a SEMAS.

3.CONTROBUIÇÕES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL/UFRB PARA A POLÍTICA DE ASSITÊNCIA SOCIAL EM CACHOEIRA/BA.

Neste capítulo será apresentado o histórico da UFRB, do Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL, loca onde está inserido o curso de Serviço Social. Também será feito um resgate dos dez anos do curso e sua relação com a política de Assistência Social no município de Cachoeira/BA. E por fim apresentamos os resultados da pesquisa com as vozes dos sujeitos envolvidos.



Foto do prédio Leite Alves, antes de ser reformado para a instalação do Centro de Artes, Humanidades e Letras (UFRB/CAHL).



Prédio Leite Alves. Centro de Artes, Humanidades e Letras (UFRB/CAHL).
Foto: Carlos Augusto

3.1 O curso de serviço social da UFRB (Contribuições teóricas práticas do curso de serviço social da UFRB).

Trazendo um pouco da trajetória histórica da instituição (UFRB), ela é uma Autarquia, criada pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, com o propósito de suprir a demanda de estudantes da cidade e região circunvizinha que se deslocavam à cidade de Salvador, para graduar-se. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é considerada a segunda maior universidade federal do estado. Sua sede fica localizada na cidade de Cruz das Almas onde se encontra os Centros de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB) e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); Cachoeira, – Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL); Amargosa – Centro de Formação de Professores (CFP) – Santo Antônio de Jesus, com o Centro de Ciências da Saúde (CCS); e Feira de Santana, - Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS). A UFRB Com seus multicampi tem por objetivo:

[...]Explorar o potencial socioambiental de cada espaço do recôncavo, bem como servir de polo integrador, com centros de estudos nas diversas áreas do conhecimento, explorando as culturais locais, os aspectos específicos e essenciais da sua organização social e do meio ambiente (PPC do curso de Serviço Social, 2007, p.3).

Trazendo para o nosso objeto de estudo o curso de Serviço Social da UFRB, esse está localizado na cidade de Cachoeira no Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) Quarteirão Leite Alves, Rua Maestro Irineu Sacramento, S/N, Centro. É preciso pontuar, o curso de Serviço Social da UFRB/CAHL é o primeiro ofertado em uma Universidade Pública em toda a Bahia.

A cidade de Cachoeira localizada no recôncavo a Bahia, traz em sua história marcada por um sistema escravocrata, são marcas estruturais de um passado de negação para a população negra, e as várias expressões da questão social. É nesse cenário que o curso de Serviço Social foi criado na UFRB/CAHL atendendo uma necessidade histórica e social da região. É preciso

salientar a importância do curso de Serviço Social para a região do recôncavo, com sua relevância teórica e social, que forma profissional com capacidade para intervir na questão social de forma crítica com projetos e ações sistemáticas de pesquisa e intervenção. Entende-se que por esses motivos explanados o Curso de Serviço Social possa trazer benefícios para a região e a cidade de Cachoeira.

A grade curricular dar alicerce para essa formação humanista desenvolvendo uma compreensão mais ampla dos processos históricos, sociais, políticos e estéticos, promovendo a integração dos discentes com a cultura local e valorizando as potencialidades socioculturais e artísticas do recôncavo.

O ensino, pesquisa e extensão constituem dimensões indissociáveis. O estágio supervisionado, tanto acadêmica quanto profissionalmente, é imprescindível e obrigatório ao processo de formação. Tendo por suporte atividades de ensino, pesquisa e extensão, a formação universitária proposta para o curso de Serviço Social da UFRB deve estar comprometida com a produção de conhecimento científico crítico e inovador, a serviço da comunidade e sempre dirigido para a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento regional (PPC do curso de Serviço Social, 2007, p.7).

O tripé ensino, pesquisa e extensão são o sustentáculo para assegurar uma produção de conhecimento inovador, crítico, que respeite a diversidade e contribua assim para a sociedade. O ensino por sua vez em sua essência tem um caráter formador e crítico, considerando todos os aspectos da vida acadêmica, a autonomia do pensar e do fazer profissional e na ação social. (ANDES 2013). Construindo uma interação com a pesquisa e extensão. A Pesquisa necessita ao lado do ensino e da extensão construir conhecimento nos meios acadêmicos, atividades de propagação de conhecimentos e de intervenção em problemas efetivos da sociedade.

Essas atividades, conforme o caso são realizadas não só nos meios acadêmicos mas também nos meios não acadêmicos. Assim por exemplo, o contato interativo com problemas específicos da sociedade pode provocar nos pesquisadores a necessidade de transformarem os resultados de suas investigações com ações cognitivas e práticas (cognição-prática-cognição) que possam auxiliar a comunidade a resolver seus problemas. (RAYS, 2003, p.3).

A palavra Extensão vem do Latim: *Extensionem*, no sentido stricto, significa estender, difundir. A extensão Universitária busca levar a sociedade, a fim de estender o produto do ensino e o produto da pesquisa gerada no âmbito acadêmico. (RAYS, 2003). Observa-se também nesse mesmo processo que a extensão universitária traz para a universidade tanto os

problemas quanto os conhecimentos que são gerados nos mais variados segmentos da sociedade. O conceito de Extensão Universitária segundo (FORPROEX 2012, p.15)

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Não se tem dúvida quanto à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão para o fortalecimento da Universidade e conseqüentemente para o curso de Serviço Social, fomenta a distância entre academia e sociedade. Oportunizando a formação profissional, ponto de partida não apenas no âmbito de técnicas e habilidades, sobretudo, é pertinente que os alunos do curso de Serviço Social se reconheçam como sujeitos de direito e de transformação social.

Apesar de ter identificado a fragilidade no PPC do curso de Serviço Social da UFRB, quando foi discutido no tópico: Os desafios da formação profissional do assistente social no âmbito da política de assistência social, a falta de uma disciplina de política de assistência social, mas ainda assim foram encontradas várias relações e contribuições⁷ com a política de assistência social do município de Cachoeira como: grupos de pesquisa e extensão⁸, trabalho de conclusão de curso, atividade curricular complementar, Campos de estágios (parceria formal da UFRB e a secretária de Assistência Social de Cachoeira), conferência e eventos de da assistência social.

Como exposto acima, vemos que mesmo com a falta da disciplina de política de assistência social no ppc, isso não impede dessa rede de relação da UFRB e a política de assistência de Cachoeira e o acesso dos alunos e docentes aos mesmos. Podemos ver isso nas entrevistas, onde será relatado pelos entrevistados o acesso a essa política.

Outro destaque da contribuição do curso de Serviço Social da UFRB são os TCCs⁹ voltados para a política de assistência social do município de Cachoeira produzido pelos

⁷ No site <https://ufrb.edu.br/servicosocial> é possível acessar trabalho de conclusão de curso, grupos de pesquisa e extensão, que demonstrem essa contribuição do curso de Serviço Social para a política de assistência social de Cachoeira.

⁸ Destacamos um trabalho feito em parceria com a secretaria de assistência social de Cachoeira: **Diagnóstico de Vulnerabilidade Social no Município de Cachoeira/Bahia – Heleni Duarte Dantas de Ávila, Jucileide Ferreira do Nascimento e Silvia de Oliveira Pereira**. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/servicosocial/grupos-de-pesquisa-e-extensao>.

discentes do curso de Serviço Social. Com temas que se desdobra em pesquisas e trazem uma contribuição significativa para a população de Cachoeira, alguns temas: O trabalho com famílias no CRAS quilombola da bacia e vale do Iguape; Os processos de trabalho dos (as) assistentes sociais com as famílias Cachoeiranas no âmbito da política de assistência social; Entre o silenciar e o desvelar: um olhar sobre os casos de violência sexual doméstica no município de Cachoeira – BA; Desafios na oferta de serviços socioassistenciais para pessoas com deficiência no município de cachoeira-BA; Entre a dor e a alegria: a invisibilidade do adoecimento dos/as assistentes sociais no município de Cachoeira-BA;

Outra contribuição a se pontuar é o Capacita SUAS, o projeto tem o objetivo de educação permanente e capacitar profissionais e formar profissional do SUAS. A UFRB se destacou como a primeira instituição federal a se qualificar para esse projeto. As docentes do curso de Serviço Social atuam diretamente no Capacita SUAS e os discentes do curso de serviço social participam como monitores.

3.2. Vozes dos sujeitos envolvidos (gestores, assistentes sociais, docentes e discentes)

Para achar os resultados dessa pergunta feita acima, foram percorridos caminhos metodológicos. A metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). (Minayo2009, p.14). Sendo assim a metodologia define o caminho a ser percorrido, fazendo uso dos métodos e técnicas. O método é a forma como o pesquisador encontra a maneira de analisar o contexto em que está inserido o objeto de sua pesquisa. Buscando atingir os objetivos (geral e específico), do meu trabalho, foram desenvolvidas a partir de pesquisas bibliográficas e consultando artigos, livros, teses, legislações, materiais estes pesquisados que são relevantes com a temática do trabalho. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos [...]GIL (2010, p.50).

Com o intuito de conhecer para desenvolver a pesquisa sobre a relação do Curso de Serviço Social da UFRB para a Política de Assistência social de Cachoeira, serão utilizados coletas de dados por meio de uma pesquisa qualitativa, compreendendo que uma pesquisa

⁹ Foi criada uma tabela: TCC DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB RELACIONADO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA DE CACHOEIRA. PERÍODO 2012.1 A 2017.1. Com o intuito de reunir todos os TCCs produzidos pelos discentes do curso de serviço social da UFRB.

qualitativa busca o aprofundamento da compreensão de grupos e indivíduos por conseguir compreender a realidade de forma múltipla. Segundo GERHARDT et al (2009) A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Para realização da pesquisa, a coleta de dados, foi feita através de entrevistas semiestruturada com os docentes e discentes do curso de Serviço Social(UFRB), Assistentes Sociais que trabalha nos equipamento da assistência social de Cachoeira e a gestora da secretaria de assistência social de Cachoeira.

Conforme Triviños (2008, p.146), a entrevista semiestruturada pode ser entendida:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

No que tange essa forma de entrevista ela pode favorecer o diálogo e o surgimento de novos questionamentos, nada que possa perder o foco sobre o fenômeno social que nos interessa.

Com relação à pesquisa que será realizada é preciso pontuar que não haverá constrangimento e será de livre e espontânea vontade. Aquele que aceitar participar da entrevista assinará um termo de consentimento esclarecendo qual a finalidade da entrevista e para que fins se destinem. O termo será assinado pelo entrevistador e o entrevistado. Assim assumo todo o compromisso ético com cada entrevistado.

O sigilo dos entrevistados será garantido, como acordado no termo de consentimento, sendo assim representados por letras, sendo que isso não interferiu na análise de conteúdo aqui apresentadas.

Para melhor compreender o objeto estudado, as entrevistas foram divididas por assim entender que a fala de cada grupo (gestor, Assistente Social, docentes e discentes) seja importante nesse processo em que procuramos descrever as contribuições.

No primeiro momento entrevistamos 05(cinco) discentes¹⁰ do curso de Serviço Social. Dos cinco discentes entrevistados:

¹⁰ Escolhemos para entrevista os discentes que estão em campo de estágio ou que já concluíram. Todos eles estagiaram em algum equipamento da assistência social do município de Cachoeira. A escolha se deu por entender que estando nesses espaços, poderia ser melhor desvelada as contribuições.

Quadro 2 – Qual semestre está cursando.

Semestre	Discentes
Oitavo	2
Sexto	2
Sétimo	1

Fonte: dados da pesquisa com os discentes fev.2018.

Na análise da entrevista com os discentes, a priori o questionamento foi o que é o curso de Serviço social e o que ele representa na cidade. Os entrevistados informaram:

(A1) Muito importante, porém muito ainda a ser melhorado, desenvolvido e maturado. Um inegável avanço para a cidade o curso de Serviço Social.

(A2) Uma maior oportunidade de integração para a população no recôncavo. E um avanço para a comunidade.

(A3) Um olhar para outra profissão, além da qual exerço. Mas é um ganho para a comunidade o curso aqui presente

(A4) Importante ter um curso em uma universidade federal no interior da Bahia, uma questão de inclusão. Uma cidade com uma população em sua maioria pobre, o curso veio a dar uma grande contribuição.

(A5) Um curso que visa formar os profissionais com pensamento crítico, capaz de ler a realidade, para uma intervenção adequada. O curso é muito importante, porque em cada “esquina” nos deparamos com as expressões da questão social. E o nosso curso lida com essas expressões, o que conseqüentemente podemos dar grande contribuição para essa comunidade.

Para além da opinião dos discentes, compreendemos que a experiência tem um ponto fundamental para vivenciá-lo da realidade, e os campos de estágios corrobora com isso. Vivenciando os campos institucionais, as demandas das expressões da questão social, os instrumentais, juntamente com a pesquisa social. Diante disso perguntou qual equipamento da assistência social foi feito o estágio e sua experiência:

(A1) Na secretaria municipal de assistência social. Minha experiência teve uma experiência que contribuiu bastante no curso, porém quando nos deparamos com realidade, por mais preparada que eu estivesse com a relação teoria /prática, sempre me senti impotente, pois na legislação está tudo

“límpido “, porém na prática... está ainda “obscura”. Mas ainda assim pude aplicar meu projeto de intervenção, com o que aprendi em sala de aula. Os projetos de intervenção são sempre uma grande contribuição dos alunos da UFRB para a política de assistência.

(A2) No CRAS. Vivenciar a realidade que não era tão próxima a minha, me fez refletir e o que vivenciei na sala de aula, eu pude mesmo que pouco aplicar no meu estágio no projeto de intervenção, levando um pouco de contribuição.

(A3) No CRAS. No que diz respeito a minha experiência nesse equipamento, com referências aos instrumentos foi uma oportunidade de aprimorar alguns conceitos e consolidar teoria/prática e dessa aproximação com a realidade da cidade de Cachoeira.

(A4) Secretária municipal de assistência social. Uma boa experiência, todas as discussões em sala de aula, é vista no estágio e o fazer do dia a dia do estágio nos faz apreender mais as manifestações da expressão social existente na cidade de Cachoeira. Eu não apliquei meu projeto de intervenção porque estou no estágio I, mas é preciso deixar registrado que eles contribuem e muito tanto para a assistência quanto para a comunidade.

(A5) No equipamento do CRAS. Por ser uma localidade de zona rural, parece que as dificuldades são maiores para a população que ali residem. Mas a experiência está sendo boa.

Vemos que o estágio é um grande campo de contribuição da UFRB para a política de Assistência do município de Cachoeira, podemos ver na fala dos estagiários as discussões vivenciadas na sala de aula sendo aplicada nos campos. Pontuamos que nem todos os entrevistados concluíram seus estágios, e por esse motivo não puderam fazer um relato mais profundo sobre os projetos de intervenção. Mas na fala do (a) **A1** e **A2** vemos que o apreendido em sala de aula se transforma em ação interventiva.

O tripé Ensino, Pesquisa e Extensão são indissociáveis para o fortalecimento da Universidade e assegura um conhecimento crítico que respeite a diversidade e assim contribua para a comunidade. Nessa perspectiva foi questionado para os entrevistados como articulam essa três categorias junto à política de assistência social de Cachoeira.

(A1) Essas três categorias deveriam ser alicerces de articulação entre a Universidade e o município no que tange a referida política. Nesse alicerce construindo trabalhos que contribua com a política.

(A2) No curso de Serviço Social sei que tem sido feito, mas eu desconheço quais são. Em relação à extensão poderia se fazer algo para os Assistentes

Sociais da rede assistência do município de Cachoeira, eles são muito carentes quanto a isso. Abrir uma oportunidade para um aprimoramento para esses profissionais, o que é uma queixa dos assistentes sociais. Pontuo que tem muitos egressos que estão atuando no equipamento da assistência de Cachoeira, mas a grande maioria não. Outra questão é que faltam mais grupos de pesquisas relacionadas à política de assistência.

(A3) O tripé precisa conversar com a assistência social de Cachoeira, com ações que dialogue principalmente com os Assistentes Sociais que trabalha nos equipamentos da assistência.

(A4) Ensino, pesquisa e extensão eu vejo que essa articulação existe. Os eventos que existe da UFRB na forma de extensão juntamente com algumas instituições da cidade. Ex: As conferências de assistência social e da criança e do adolescente, os alunos da UFRB estavam presentes como monitores. A caminhada da consciência negra houve essa parceria. Os eventos no auditório de extensão da UFRB muitos deles são convidados as assistentes sociais.

(A5) O ensino, pesquisa e extensão pode fazer muito para concretizar essa articulação. Principalmente na pesquisa e extensão, por meio delas pode apreender a realidade e buscar um intervenção auxiliando a política de assistência do município.

E por fim pedimos sugestões para uma maior articulação entre a UFRB e a política de Assistência social de Cachoeira. As contribuições foram:

(A1) O potencial e o peso que a UFRB tem, poderia abrir portas para essa articulação pra trazer os assistentes para o CAHL. Como abrir cursos e oficinas.

(A2) Um exemplo do que pode ser feito, é como no caso da disciplina optativa de Libras. Essa optativa vai abrir para as pessoas que não são discentes da UFRB poder concluir um semestre e ganhar certificado. Isso é um ganho para os profissionais quanto para a comunidade. Isso é a universidade abrindo as portas.

(A3) O aumento de oficinas para que os profissionais da assistência venham até a UFRB. Ex: teve a Ética em Movimento onde as supervisoras de campo de estágio foram convidadas para essa troca. Mas a mina crítica é que os horários chocam com o de trabalhos delas. Que isso possa ser revisto para que de fato elas possam ter acesso a esses eventos que é de grande importância

(A4) Os grupos de pesquisa da Universidade poderiam pensar em trabalhos que desenvolvesse links para tal articulação. Sendo assim havendo contribuição mútua.

(A5) Grupos de pesquisa que faça mais estudos sobre a política de assistência de Cachoeira, diagnosticar problemas da comunidade e fazer projetos de intervenção junto à política de assistência social de Cachoeira.

Diante de todos os questionamentos apresentados acima, fez-se necessário escutar as Assistentes Sociais,¹¹ que trabalha nesses equipamentos da assistência social do município de Cachoeira. Muito breve foi perguntado qual o equipamento da assistência desenvolve seu trabalho e quanto tempo na função:

(A6) Minha graduação foi 2018. Trabalho no CREAS, na função dois meses.

(A7) Minha graduação foi 2016. Trabalho no CRAS, dois anos e nove meses nessa função.

Pensando nessa contribuição, e o estágio como já citado acima é um dos pontos que articula essa contribuição da UFRB. Um dos itens da entrevista foi se já teve estagiário da UFRB e como foi essa troca de experiência.

(A6) Ainda não tive nenhum estagiário

(A7) Centro de Referência de Assistência Social Elena Passos de Souza – Capoeiruçu-3 estagiárias UFRB.

Centro de Referência de Assistência CRAS QUILOMBOLA-Santiago do Iguape-3 estagiárias- UFRB.

A experiência em ter estagiários de Serviço Social, no meu espaço de atuação profissional se torna de grande relevância, pois permite uma troca enriquecedora de saberes entre Discente e Supervisor de campo, nesse processo de formação profissional.

Portanto, esse processo, só tem a agregar para ambas as partes, pois é através da experiência e vivência das práticas educativas em campo de estágio que proporciona aos discentes momentos em que o ambiente da sala de aula não permite, ou seja, uma vivencia real da atuação do profissional assistente social em seu espaço sócio ocupacional, trazendo esse estagiário para mais perto da comunidade em que está inserida, fazendo com que o mesmo conheça a realidade do município suas demandas, desafios e possibilidades de atuação enquanto futuros assistentes sociais.

Sobre o que representa o curso de Serviço Social para a cidade da Cachoeira, as entrevistadas disseram:

¹¹ As Assistentes Sociais que participaram da entrevista são egressas do curso de Serviço Social da UFRB.

(A6) Contribui para atender as questões sociais que o município apresenta, além da oportunidade de acesso da população local a uma universidade pública federal.

(A7) A UFRB realizou o meu sonho. O Curso de Serviço Social da UFRB em Cachoeira representa a oportunidade de acesso ao ensino público e de qualidade, através do processo de interiorização das universidades pelo Brasil em especial no recôncavo Baiano, onde até então não se tinha uma Universidade pública, dificultando o ingresso principalmente de pessoas negras e de baixa renda nesse espaço acadêmico.

Trazendo para a minha vida em particular, enquanto mulher e negra tinha o sonho de me tornar assistente social, para contribuir de uma forma mais precisa e efetiva em minha comunidade, pois sou Cachoeirana, porém existiam grandes entraves um desses era a custeio do curso em uma faculdade particular.

Filha de mulher negra e doméstica não tinha como custear o curso, até a chegada da UFRB o que permitiu tanto para mim, como pra milhares de pessoas que sonhavam em acessar ao ensino superior e hoje se encontram graduados e exercendo com êxito a sua tão sonhada profissão.

Sobre a como compreende a importância dessa articulação da UFRB com a política de Assistência Social do município de Cachoeira. Foram obtidas as seguintes respostas:

(A6) Oportunidade de diálogo e reflexão.

(A7) A articulação da UFRB com a política de Assistência Social do município de Cachoeira se torna imprescindível uma vez que o processo de formação não se limita apenas na sala de aula é necessária essa interlocução e principalmente o retorno das pesquisas e trabalhos realizados nas comunidades do município pelos discentes e docentes. Essa articulação só tem acrescentar e fortalecer a política de Assistência Social de Cachoeira e cada vez mais a consolidação do curso de serviço social no município e na UFRB.

Como as Assistentes estão no dia a dia nos equipamentos da assistência pedimos que cite algumas contribuições do curso de Serviço Social da UFRB junto a Política de Assistência do município de Cachoeira. Por achar importante publicizar pelo olhar de quem vive esse cotidiano.

(A6) Os projetos de intervenção aplicados na rede de assistência dos discentes a partir da supervisão acadêmica do curso de Serviço Social da UFRB em

parceria com os supervisores de campo da rede socioassistencial, reconhecido como grande contribuição para a rede de assistência.

(A7) As contribuições do curso de Serviço Social da UFRB junto a Política de Assistência do município de Cachoeira, estão relacionadas quanto a participação dos discentes e docentes em algumas atividades desenvolvidas tanto nos equipamentos da Secretaria de Assistência do município, como também em atividades promovidas diretamente pela Secretaria Municipal de Assistência social.

Outro ponto que vem contribuindo muito, no processo contínuo de formação profissional são os cursos para supervisores de estágio, que são promovidos pelas supervisoras de acadêmicas da UFRB do curso de serviço social, até então não se tinha essa interação tornando o processo de estágio muito solto e sem muito contato entre supervisor acadêmico e supervisor de campo.

Ainda é necessário, uma maior contribuição para o município por parte da Universidade, visto que contribuimos também para a UFRB, em especial para o curso de serviço social como supervisores de campo, sabemos que as demandas como Docentes são inúmeras, mas é necessário que se faça ainda mais por Cachoeira e pela Política de Assistência do município de Cachoeira é necessário que se dê esse retorno.

Para além das contribuições citadas pelas Assistentes Sociais, pedimos para elencar algumas que na opinião das mesmas o curso poderia contribuir para a política de assistência social do município.

(A6) Cursos de qualificação profissional, debates e reflexões sobre o fazer profissional.

(A7) Capacitação para todos os funcionários da secretaria voltados para as seguintes temáticas:

- Ética profissional
- Política de assistência social e sua estruturação e funcionamento
- Importância do trabalho em rede no processo de fortalecimento da Política de assistência para o município
- Serviço social e saúde
- Serviço social e previdência social

Mais trabalhos com os discentes em campo de prática profissional e que envolvam a comunidade.

Buscamos entrevistar os docentes do curso de Serviço Social da UFRB, sendo essas supervisoras acadêmicas de estágios. Procurando conhecer um pouco mais para além da função de docente, perguntamos se além de docente na UFRB, você faz parte de algum sindicato, colegiado, grupo de pesquisa, etc.:

(A8) Faço parte do grupo de pesquisa: Núcleo de estudos e pesquisas sobre Ética ontologia e Serviço Social.

(A9) Faço parte do colegiado e grupo de pesquisa

(A10) Sim. Faço parte de um projeto de pesquisa sobre ética e de um grupo de professores que estudam saúde do campo.

O que representa o Curso de Serviço Social da UFRB na cidade de Cachoeira?

(A8) A UFRB contribui com a promoção do conhecimento científico e cultural do recôncavo. Possibilitam alternativas para os jovens, adultos, pessoas de idade, trazendo mudança de vida, de cultura.

(A9) É positiva a inserção da UFRB, desenvolveu para a economia da cidade. É oportuno que muitos desses alunos, principalmente moradores da comunidade próxima possam acessar o ensino superior.

(A10) Representa um crescimento econômico (aluguéis e comércio), cultural (modos de vida se chocando) e acadêmico (devido a UFRB, projetos e trabalhos desenvolvidos) na cidade.

As perguntas partem agora mais especificamente para a área de assistência e as respostas são de relevância visto que as docentes entrevistadas estão familiarizadas com o assunto em questão.

Como compreende a importância dessa articulação com a política de Assistência Social do município de Cachoeira. Tivemos as seguintes respostas:

(A8) Uma articulação imprescindível para a qualificação da formação profissional, na abertura de campo de estágio. Temos a importância das exigências das ações de extensão de qualificação dos nossos estudantes no campo de estágio.

(A9) O curso de Serviço Social tem o papel de articulador com a política de assistência, principalmente nos campos de estágio, que tem se aproximado conhecendo mais a política de assistência e um processo de retroalimentar o ensino. E esses estágios tem possibilitado que esses professores possa

contribuir em palestras, oficinas e nas conferências que são promovidas pela gestão da política da assistência.

(10) Essa articulação é de suma importância para os profissionais e para os docentes e discentes. Para os profissionais pela renovação profissional através do envolvimento acadêmico na troca com estudantes e professores. Para os professores e estudantes pela oportunidade de estágio e de troca com os profissionais de ponta

Fizemos o questionamento, dentro dessa articulação quais são os desafios encontrados, foi pontuado:

(A8) O fortalecimento desse vínculo com as Assistentes Sociais da assistência, e fazer mais ações voltadas pra elas, não que as outras áreas não sejam importantes, mas em Cachoeira encontramos muitos desafios relacionados a essa área.

(A9) Existe dois grandes desafios: o primeiro é o acompanhamento do trabalho contínuo dos estagiários, tendo uma aproximação cada vez mais da política de assistência e o estreitamento das relações do corpo docente, discente e os profissionais que atuam na política de assistência do município de Cachoeira outro desafio seria a construção de espaços contínuos de reflexões sobre a política de assistência, a capacitação dos profissionais, criarem espaços de diálogos e de aproximação. Pontuando que existem esses espaços, mas é preciso alargar esses espaços (oficinas, seminários, etc.)

(A10) Como desafio principal pode apontar as questões políticas e burocráticas do município e da universidade.

Por fim pedimos que descrevesse alguma contribuição ou trabalho acadêmico entre a UFRB e a política de assistência.

(A8) Curso de qualificação (capacitação) para supervisoras de estágio.

(A9) A parceria com campo de estágio que vem se consolidando, o que possibilita essa aproximação entre professores e dos profissionais e contribuindo com as atividades que são promovidas pela gestão da política da assistência.

(A10) A principal parceira é relacionada ao convênio de estágios com a secretária de assistência social.

Entendo que é importante ouvir o gestor (a) da política de assistência social de Cachoeira por compreender que essa relação perpassa pela gestão da política para que se efetive qualquer parceria. Procurando conhecer um pouco da sua formação acadêmica e posterior sobre como surgiu a parceria com a UFRB, Pedimos de descrevesse.

(A11) Graduada em Administração de Empresas pela FTC, Pós Graduada em Administração Pública pelo IESP. A primeira parceria entre a UFRB e a Política de Assistência Social em Cachoeira nasceu entre os anos de 2009/2010 através de um diálogo com as professoras do Curso de Serviço Social também integrantes do colegiado, Jucilene e Heleni com o objetivo de formalizar convênio para o campo de estágio dos alunos do curso de Serviço Social.

Com o intuito de como se dar essa relação, a entrevistada discorreu.

(A11) Partindo da premissa do diálogo para campo de estágio, surgiram outras discussões acerca do fortalecimento da política de Assistência Social através de um trabalho em rede de forma articulada com a Instituição visando o aprimoramento dos serviços numa gestão participativa, reconhecendo a importante contribuição da universidade para efetivação da política.

As parcerias foram descritas pela gestora, sendo como um grande ponto dessa contribuição:

(A11) Dentre as parcerias estabelecidas posso destacar: Convenio de campo de estagio, Construção de diagnóstico de vulnerabilidade social, organização de Conferências Municipal de Assistência Social e palestras e rodas de conversa.

Questionamos quais os principais desafios para a manutenção ou efetivação da parceria entre a UFRB e a política de Assistência do município de Cachoeira:

(A11) Posso apontar como desafio a ampliação da intersetorialidade da Instituição com Secretaria de Assistência Social.

Indagamos para a gestora qual a importância de um curso de serviço social para a cidade de Cachoeira e quais as contribuições o curso de Serviço Social pode contribuir para o fortalecimento da política de assistência social do município.

(A11) Em minha opinião, o Curso de Serviço Social instalado no Município de Cachoeira é importante para o processo de formação profissional de cidadão, sendo também um grande aliado no fortalecimento, valorização e consolidação da Política de Assistência Social do Município. Em relação a contribuição, em minha opinião, o Curso pode intensificar ainda mais as parcerias já estabelecidas, propor ações e projetos de intervenção a serem desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Assistência Social e auxiliar a

gestão no processo de educação continuada que é de suma importância para melhorar a qualidade dos serviços ofertados.

Por meio dos dados coletados podemos concluir que existe essa rede relação entre o curso de Serviço Social e a política de Assistência Social do município de Cachoeira. Há que pontuar que estágio supervisionado foi citado como um grande campo de contribuição da UFRB para a política de Assistência do município de Cachoeira e sendo a primeira contribuição, uma parceria formal que proporciona tanto para os discentes, docentes e supervisoras de campo uma integração, pois permite uma troca enriquecedora de saberes nesse processo de formação profissional. Portanto tudo isso se desenvolve em projetos de intervenção aplicados pelos discentes no campo de estágio, projeto esse que é uma das contribuições que foi pontuada nas entrevistas, pois permite deixar um legado para a rede socioassistencial. Destacamos outras contribuições que foram descritas nas entrevistas acima como: Cursos para supervisores de campo de estágio, que são promovidos pelas docentes da UFRB do curso de serviço social; Construção de diagnóstico de vulnerabilidade social, no Município de Cachoeira/Bahia; organização de Conferências Municipal de Assistência Social e palestras e rodas de conversa, dentre outras.

Foram encontrados na análise do conteúdo alguns desafios para a consolidação dessas contribuições, destacamos algumas: construção de espaços contínuos de reflexões sobre a política de assistência, a capacitação dos profissionais; Criar espaços de diálogos e de aproximação. Pontuando que existem esses espaços, mas é preciso alargar esses espaços (oficinas, seminários, etc.); A ampliação da intersetorialidade da Instituição com Secretaria de Assistência Social.

Pode-se constatar que as entrevistas corroboraram e deram sustentação para comprovar que existem as contribuições e quais são, e para além, ainda foi possível desvendar os desafios as dificuldades e ainda as possibilidades para o fortalecimento dessa relação entre a política de assistência social do município de Cachoeira e o curso de Serviço Social da UFRB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, este trabalho buscou identificar as possíveis contribuições do curso de Serviço Social a Política de Assistência Social no município de Cachoeira/BA. A pesquisa foi iniciada com o pressuposto de que o curso de Serviço Social da UFRB contribui positivamente com a implementação desta política.

A política de assistência social é concebida, criada e implementada como direito de cidadania, rompendo com a lógica clientelista e pautada na benesse e troca de favores. Entretanto, ainda é percebida por muitos como ajuda e ação caritativa, assim a sua execução e planejamento exige um exercício cotidiano por parte dos profissionais e gestores que nela laboram, para romper com esta visão.

A política de assistência é uma das que possui o maior número de assistentes sociais inseridos, sendo um campo fértil de desafios a serem enfrentados por estes profissionais, sendo um debate necessário.

Por meio da compreensão do processo sócio histórico do Serviço Social, o olhar se volta para o local em que o curso de Serviço Social está localizado, em uma universidade pública (UFRB) na cidade de Cachoeira recôncavo da Bahia. Cenário que o curso de Serviço Social foi criado na UFRB/CAHL atendendo uma necessidade histórica e social da região. É preciso salientar a importância do curso de Serviço Social para a região do Recôncavo, com sua relevância teórica e social.

A existência deste primeiro curso público de serviço social no interior do Estado da Bahia já é de grande relevância para a formação profissional. Um curso em uma universidade pública tem o diferencial em relação às demais que é o tripé do ensino, da pesquisa e da extensão, que não ocorre nas instituições privadas composta por professores horistas.

Apesar da grande importância da existência deste primeiro curso, algumas lacunas existem no tocante a política de assistência social, pois ao analisar o projeto pedagógico do curso identifica-se uma ausência de disciplinas, nem obrigatórias e nem optativas que tragam este debate em profundidade. O debate da política de assistência social está diluído com as demais políticas que compõem a seguridade social na disciplina _política social II ‘, diferente, por exemplo do que ocorre com a política de saúde que possui optativas que possibilitam ampliar o debate e suprir lacunas ligadas a temática.

De uma forma geral, as respostas confluíram para reconhecer a importância da Universidade e, em singular, o curso de serviço social no município de Cachoeira. As entrevistadas em todos os segmentos investigados (docentes, discentes, supervisores de campo

e gestora da política no município), ao mesmo tempo em que reconhecem a importância do curso de serviço social, clamam por uma maior aproximação e realização de cursos e formações para qualificação das supervisoras de campo.

Análise consistiu em identificar e descrever se existe e como se dá essa contribuição.

O conhecimento da política de assistência social do município de Cachoeira fez necessário, para melhor compreensão de como se gesta essa política e como ela se relaciona com o curso de Serviço Social.

Por meio do objetivo geral e específicos desse trabalho, podemos debruçar em ouvir as vozes dos sujeitos envolvidos que fazem essa relação com o curso de Serviço Social da UFRB e a política de assistência social de Cachoeira. Os entrevistados externam essa contribuição, mostrando a importância do curso para a região de Cachoeira. As contribuições foram descritas nas entrevistas, ainda que apontassem algumas sugestões por entender que falta alguns pontos para o fortalecimento dessa relação.

O processo de conhecer e descrever as contribuições do curso de Serviço Social da UFRB para a política de assistência social do município de Cachoeira evidencia a necessidade de debater essas questões para o aprimoramento e o fortalecimento dessa relação tão importante para a comunidade da cidade da Cachoeira.

Por fim a pesquisa encontrou êxito, por não só mostrar que essa relação existe e identificar quais são. Espera-se que esse trabalho possa contribuir para reflexão e uma maior visibilidade dessa contribuição, seus pontos fortes, pontos fracos e a certeza do que já foi feito nesses dez anos de curso do Serviço Social, é um passo para as possibilidades de mais contribuições e caminhos para efetivar as que já existem.

REFERÊNCIAS

ABESS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Formação Profissional: Trajetória e Desafios. Cadernos ABESS, São Paulo, Edição especial.

ÁVILA, Heleni Duarte Dantas de; NASCIMENTO, Jucileide Ferreira do; ANJOS, Gabriela dos; REIS, Mailson; BRANDÃO, Mariana; VALOIS, Tatelle; **Diagnóstico de Vulnerabilidade Social Cachoeira/Bahia.** Cachoeira-Ba, 2018

BARROCO, Maria Lucia. **Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social: fundamentos e história – 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica do serviço social; v.2).

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.1988,** Brasília.

_____. Criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Lei nº 11.151. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia – UFBA, e dá outras providências, de 29 de Julho de 2005.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Lei/L11151.htm>

Acesso em: 01/03/2019.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 1993

_____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).** Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 130, de 15/07/2005. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005

_____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, Resolução n. 145, de 15/10/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Revista Serviço Social & Sociedade** n° 84. P 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS-UNB, em 2000.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1 – Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS. (1999).

Disponível <<http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>>, acesso em: 17 de Novembro de 2018.

NETTO, José Pulo. Ditadura e Serviço Social: **uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 8ed – São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Lygia; BENNETI, Geórgia Maria. A importância da formação continuada dos assistentes sociais na atuação com as políticas públicas.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para Atuação de Assistente Social na Política de Assistência Social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, Brasília, 2011.

FORPROEX. **Fórum De Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, AM, maio 2012.

Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-PoliticaNacionalde-Extensao.pdf>>. Acesso em: 01/03/2019

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, nº 37 vol. 13, jan./abr. 2008.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf> > Acesso 01/03/2019

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T. Métodos de Pesquisa.

Disponível em <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acessado em 25/08/18

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social Brasileiro. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 120, p. 608-639, dezembro de 2014.

Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de novembro de 2018.

LIMA, Ramile Andrade de. **A Prática Profissional do Serviço Social**: as categorias ontológicas teórico-reflexivas práxis e instrumentalidade e o projeto Ético-Político da Profissão na Política de Assistência Social. Cachoeira: UFRB, 2012, p.30-62. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. Martinelli, Maria Lúcia. Serviço Social: Identidade e Alienação.6.ed – São Paulo: Cortez, 2009.

Os espaços sócio ocupacionais do assistente social. **Serviço Social e Direitos Sociais e competências profissionais**. In: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB. Brasília: CEAD/UnB, 2009.

PPC do curso de Serviço Social.

Disponível em <<https://www.ufrb.edu.br/cahl/cursos/servico-social>> Acesso em 01/03/2019.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. Revista Cadernos de Educação Especial, n. 21, 2003, p.1- 10

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Estatuto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. UFRB: Cruz das Almas, 2005. Disponível: <<http://www.ufrb.edu.br>> Acesso em: 01/03/2019

Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68045-13-janeiro-1971-409924-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 28/02/2018.

Disponível em <[HTTPS://www.ufrb.edu.br/cahl/noticias/1868-cahl-inicia-nova-fase-do-capacita-suas-na-bahia](https://www.ufrb.edu.br/cahl/noticias/1868-cahl-inicia-nova-fase-do-capacita-suas-na-bahia).> Acesso em 10/03/2019.

Disponível em <[www.://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/112](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/112).> Acesso em 28/02/2018

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (PARA TODOS OS (AS) ENTREVISTADO (AS)).

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO: **DATA:** ___/___/___

1) Nome _____

1. Escolaridade

- A) Fundamental incompleto () B) Fundamental completo ()
 C) Médio incompleto () D) Médio completo ()
 E) Superior incompleto () F) Superior completo ()
 G) Outra (). Qual? _____

2. Qual sua Idade _____

3. Como você se declara?

- A) Negro () B) Pardo () C) Branco ()
 D) Amarelo () E) Indígena () F) Outra ()
 Qual? _____

4. Gênero

- A) Masculino () B) Feminino ()
 C) Outro () Qual? _____

5. Cidade em que reside _____

6. Estado Civil?

- () Solteiro (a).
 () Casado (a).
 () União Estável.
 () Desquitado (a) /divorciado (a) /separado (a).
 () Viúvo (a).
 () Outro _____

APENDICE B**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Pesquisa: CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB PARA A
POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACHOEIRA**

Pesquisadora: Maisa Oliveira Alves

Orientadora: Dr.^a Heleni Duarte Dantas de Ávila

ROTEIRO DE ENTREVISTA I (Docentes do Curso de Serviço Social da UFRB).

1. A senhora (o) exerce outra função além de Docente na UFRB, faz parte de algum sindicato, colegiado, grupo de pesquisas etc.?

2. Em sua opinião, o que representa o Curso de Serviço Social da UFRB na cidade de Cachoeira?

3. Como Docente do Curso de Serviço Social como a senhora (o) compreende a importância dessa articulação com a política de Assistência Social do município de Cachoeira?

4. Descreva uma parceria ou trabalho acadêmico, que a Senhora destaca entre a UFRB e a Política de Assistência Social de Cachoeira?

5. Quais são os principais desafios para a manutenção, ou efetivação da parceria entre a UFRB e a Política de Assistência de Cachoeira?

APÊNDICE C**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Pesquisa: CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB PARA A
POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACHOEIRA**

Pesquisadora: Maisa Oliveira Alves

Orientadora: Dr.^a Heleni Duarte Dantas de Ávila

ROTEIRO DE ENTREVISTA II (Discentes do Curso de Serviço Social da UFRB).

1. O que é o curso de Serviço Social da UFRB para você?
2. Qual semestre você está cursando?
3. Em sua opinião, o que representa o Curso de Serviço Social da UFRB na cidade de Cachoeira?
4. Qual equipamento da Assistência Social, você fez seu estágio?
5. Descreva um pouco sua experiência?
6. Ensino, Pesquisa e Extensão da UFRB, como você articulam essas três categorias junto a Política de Assistência Social de Cachoeira?
7. Cite sugestões para uma maior articulação entre a UFRB e a Política de Assistência Social de Cachoeira?

APENDICE D

**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**Pesquisa: CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB PARA A
POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACHOEIRA**

Pesquisadora: Maisa Oliveira Alves

Orientadora: Dr.^a Heleni Duarte Dantas de Ávila

ROTEIRO DE ENTREVISTA III (Assistentes Sociais do município de Cachoeira).

1. Onde a senhora (o) concluiu sua graduação?
2. Qual o nome do equipamento de Assistência Social a senhora (o) trabalha?
3. Quanto tempo exerce a função?
4. A senhora (o) já teve estagiário do curso de Serviço Social da UFRB na instituição?
5. Conte um pouco de como é ter um estagiário do curso de Serviço Social da UFRB e dessa troca de experiência.
6. Em sua opinião, o que representa o Curso de Serviço Social da UFRB na cidade de Cachoeira?
7. Como a senhora (o) compreende a importância dessa articulação da UFRB com a política de Assistência Social do município de Cachoeira?
8. Cite algumas contribuições do curso de Serviço Social da UFRB junto a Política de Assistência do município de Cachoeira?
9. Em sua opinião, quais contribuições o curso de Serviço Social da UFRB poderia dar a política de Assistência Social do município de Cachoeira?

APENDICE E

CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

Pesquisa: CONTRIBUIÇÕES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB PARA A
POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACHOEIRA

Pesquisadora: Maisa Oliveira Alves

Orientadora: Dr.^a Heleni Duarte Dantas de Ávila

ROTEIRO DE ENTREVISTA IV (Secretária de Assistência Social)

1. Qual sua formação profissional?
2. Como nasceu a primeira parceria entre a UFRB e a Política de Assistência em Cachoeira?
3. Como funciona essa articulação entre a Secretária de Assistência Social de Cachoeira e a UFRB?
4. Descreva uma parceria ou trabalho acadêmico, que a Senhora destaca entre a UFRB e a Política de Assistência Social de Cachoeira?
5. Quais são os principais desafios para a manutenção, ou efetivação da parceria entre a UFRB e a Política de Assistência de Cachoeira?
6. Em sua opinião, qual a importância de um Curso de Serviço Social da UFRB instalado na cidade de Cachoeira?
7. Em sua opinião, como o curso de Serviço Social da UFRB pode contribuir para o fortalecimento da Política de Assistência Social do município?

APENDICE F– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**

Rua Ariston Mascarenhas, s/n, Centro, Cachoeira, Bahia, Brasil, CEP 44.300-000
Fone: (75) 3425-2729 / Fax: (75) 3425-1062 / <http://www.ufrb.edu.br/cahl>

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Maisa Oliveira Alves, estou pesquisando acerca da Contribuição do curso de Serviço Social da UFRB para a Política de Assistência Social de Cachoeira, sob a orientação da professora Dra. Heleni Duarte Dantas de Ávila. Assim, identificamos o senhor (a) como uma profissional importante para este estudo.

Assumo o compromisso de que sua identidade permanecerá confidencial, salvo expressa manifestação em sentido contrário. Caso o senhor (a) decida manifestar pública a sua opinião, será garantido que a transcrição da entrevista será submetida a sua apreciação antes de qualquer divulgação.

Sua participação nessa pesquisa é fundamental para a elucidação de aspectos importantes do estudo supramencionado. A qualquer momento o senhor (a) poderá desistir de continuar a entrevista e só responderá as perguntas que desejar.

Eu, _____, declaro estar ciente de que entendo os objetivos e condições de participação a pesquisa “Contribuição do curso de Serviço Social da UFRB para a Política de Assistência Social de Cachoeira”– e aceito nela participar.

Autorizo a identificação de meu nome nas publicações resultantes do referido projeto

Não autorizo a identificação do meu nome

Cachoeira, ___/___/2019.

Assinatura do entrevistador

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE G

TCC DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB RELACIONADO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA DE CACHOEIRA. PERÍODO 2012.1 A 2017.1

Ano/ mês de publicação	Autor	Título	Objetivo	Observações
2012	Aislane dos reis santos	O trabalho com famílias no CRAS quilombola da bacia e vale do Iguape.	Analisar o trabalho com famílias oferecido pelo CRAS. Com as famílias remanescentes de quilombos.	A casa da família de Santiago do Iguape que fica localizado no Vale e Bacia do Iguape, mais precisamente em Santiago do Iguape, distrito da cidade de Cachoeira no Recôncavo da Bahia.
2012	Janice ferreira da silva e silva	Os processos de trabalho dos (as) assistentes sociais com as famílias cachoeiranas no âmbito da política de assistência social.	Discutir Serviço Social, família e política de assistência social.	
2012	Lorena Conceição Pinheiro	MARCAS DA FRAGILIDADE NA PROTEÇÃO SOCIAL: Mulheres inseridas no programa de corte e costura no CRAS – Cachoeira-BA	Analisar as percepções das mulheres chefes de famílias que participaram do programa de corte e costura no CRAS (Três Riachos, em Cachoeira – BA), no que se refere ao acesso aos direitos sociais.	“feminização” da Assistência Social. Recorte na questão de gênero.
2012	Valdeci da Silva Ferreira.	O Impacto do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres de Santiago do Iguape – Comunidade Quilombola da Cidade de Cachoeira - BA.	Conhecer o impacto do Programa Bolsa Família na vida das mulheres residentes em Santiago do Iguape – comunidade quilombola na cidade de Cachoeira, com	Atentar para a discussão sobre a questão de gênero e a importância do Programa Bolsa família na emancipação das mulheres dentro de casa.

			especial destaque para a questão do gênero (a emancipação do papel das mulheres dentro de casa).	
2013	Gisele de Souza Rocha	Proteção social e geração de renda: Ações de incentivo à geração de trabalho e renda destinadas as famílias beneficiárias do programa bolsa família cadastradas no centro de referência de assistência social-CRAS. rua da feira - Cachoeira-BA.	Analisar os serviços ofertados pelo Centro de Referência de Assistência Social- CRAS às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, no que toca as atividades de incentivo à geração de trabalho e renda, no município de Cachoeira-BA.	
2014	Luciana Gonçalves dos santos	Entre o silenciar e o desvelar: um olhar sobre os casos de violência sexual doméstica no município de Cachoeira – BA	Refletir acerca da violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes, bem como identificar as causas deste tipo de violência doméstica que afetam as famílias dos assistidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência – CREAS.	
2014	Noelia da Silva Machado	Desafios na oferta de serviços Socioassistenciais para pessoas com deficiência no município de cachoeira-BA.	Identificar e analisar os principais desafios da oferta de serviços socioassistenciais pela Rede SUAS para as pessoas com deficiência e suas famílias em Cachoeira-BA.	

2015	Rafael Barbosa Calumbi da Silva	Dinâmicas do planejamento e modelos de gestão da política de assistência social em Cachoeira-BA.	Analisar as dinâmicas de planejamento e modelo(s) de gestão da política de assistência social e do SUAS que prevalece(m) na gestão da Secretaria Municipal de Assistências Social (SEMAS) de Cachoeira-BA.	
2015	Camila Santos Menezes	O papel da tenda da cidadania na execução da política de assistência social no município de Cachoeira – BA.	Analisar o papel da Tenda da Cidadania na execução da Política de Assistência Social no município de Cachoeira- Bahia, visando contribuir com os estudos que subsidiem a materialização da referida Política.	
2016	Juliana Ponciano P. Santos	O fazer profissional do assistente social na garantia dos direitos na assistência social no município de Cachoeira/BA.	Mostrar que o fazer profissional do assistente social na Secretaria de Assistência Social está voltado à materialização dos direitos dos usuários.	
2016	Patrícia da Conceição Carvalho	OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE CAPOEIRUÇU: uma análise a partir da compreensão dos demandatários.	Analisar os Serviços Socioassistenciais do Centro de Referência da Assistência Social implantado na Comunidade de Capoeiruçu, tendo como parâmetro a compreensão dos	

			demandatários da referida unidade.	
2017	Adriana Silva de Pinho Nascimento de Jesus	Entre a dor e a alegria: a invisibilidade do adoecimento dos/as assistentes sociais no município de Cachoeira-BA.	Estudar como as condições precarizadas do trabalho do/a assistente social afeta a sua saúde.	

Fonte: Fonte utilizada com base em dados acessados em: <https://ufrb.edu.br/servicosocial/tccs>

ANEXO

Termino com a poesia de Milton Nascimento:

“Se muito vale o já feito mais vale o que será. E o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir [...] Outros outubros virão Outras manhãs plenas de luz e de sol”.